



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 670 - DE 7 A 21 DE AGOSTO DE 2022 - R\$ 5,00

Estados Unidos, uma ameaça à humanidade

Não ao intervencionismo do imperialismo norte-americano em Taiwan!

Pelo fim da guerra na Ucrânia!

Operários, camponeses e demais trabalhadores, a única via para acabar com a ofensiva do imperialismo contra a China e a Rússia e barrar o curso da guerra é a da revolução, que coloque o proletariado no poder e que fortaleça o internacionalismo comunista

Querem enganar os explorados com a bandeira burguesa de defesa da democracia

LUTEMOS CONTRA O GOVERNO GOLPISTA DE BOLSONARO COM A POLÍTICA E O PROGRAMA PRÓPRIOS DA CLASSE OPERÁRIA E DOS DEMAIS TRABALHADORES

82

anos do assassinato de Trotsky
(20 de agosto de 1940)

Memória Eterna ao dirigente da Revolução Russa e fundador da IV Internacional



Fora os Estados Unidos de Taiwan! Fora o imperialismo da Ásia!

Nem bem concluiu a Cúpula de Madri da OTAN, nem bem Biden foi ao Oriente Médio para constituir uma aliança com a monarquia da Arábia Saudita contra a Rússia, a China, o Irã e a Síria, a presidenta da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, pisou em solo de Taiwan, em um claro gesto de provocação ao governo chinês. Provocação que teve o conteúdo expresso de negar a ascendência da China sobre o território taiwanês.

A Cúpula de Madri se realizou motivada pela guerra na Ucrânia. Serviu para uma revisão do Plano Estratégico desse braço armado dos Estados Unidos na Europa, criado após a Segunda Guerra Mundial, em abril de 1949. Dois pontos se ressaltaram: ampliar a capacidade bélica, e estender sua ação para a Ásia. O que significa potencializar a escalada militar e as tensões internacionais em níveis semelhantes ao de uma situação de pré-guerra mundial.

Evidentemente, o recrudescimento das tendências bélicas, encarnadas pelo imperialismo, sob a hegemonia norte-americana, já vinha ocorrendo antes do início da guerra na Ucrânia. Justamente o avanço do cerco da OTAN à Rússia foi o estopim do confronto, que explodiu em 24 de fevereiro deste ano. A China se viu obrigada a se colocar do lado da Rússia, embora em uma aliança frouxa. Os Estados Unidos pressionaram o governo chinês a não enviar armas ao governo russo, sendo atendido. O imperialismo podia fornecer armamento de última geração ao governo da Ucrânia, enquanto a China tinha de se conter ao âmbito comercial e diplomático, diante do aliado que necessitava e necessita de armas.

Essa imposição evidenciou a prepotência dos Estados Unidos, e o receio da China em ter de enfrentar a fúria norte-americana. No entanto, o governo Biden permitiu que a democrata Nancy Pelosi criasse um constrangimento internacional ao governo de Xi Jinping, violando a soberania da China sobre Taiwan.

A reunião da representante dos Estados Unidos com a presidenta Tsai Ing-wen, do Partido Progressista Democrático de Taiwan (PPD), resultou em uma declaração de apoio à separação e independência perante a China. O que se pode deduzir que Biden e a burguesia norte-americana decidiram desconhecer a “Ata de Relações com Taiwan”, de 1979, adotada pelo Congresso dos Estados Unidos, em que se reconhece a ascendência da China sobre a Ilha do Estreito de Formosa. Também pisoteia a decisão da ONU, de 1971, que deixou de reconhecer Taiwan como Estado independente e soberano.

Observa-se que os acordos do imperialismo com a China, contraídos nas condições em que o governo chinês impulsiona o processo de restauração capitalista, iniciado na década de 1970, já não servem para regular as relações que davam à China o direito formal sobre Taiwan. Ocorre que Taiwan nunca deixou, de fato, de estar sob a influência dos Estados Unidos, desde que o partido nacionalista Kuomintang, de Chiang Kai-shek, se refugiou na Ilha de Formosa, que passou a ser

denominada Taiwan, em consequência de sua derrota para a revolução social, dirigida pelo Partido Comunista Chinês, sob a direção de Mao Tsé-Tung. Taiwan não se integrou, portanto, às transformações revolucionárias, anti-imperialistas e anticapitalistas.

O Kuomintang estabeleceu relações capitalistas de produção, sob a dependência das potências imperialistas. Em março de 1996, se realizaram eleições diretas presidenciais. O que levou a China a contestar e mobilizar frotas no Estreito de Formosa. Os Estados Unidos reagiram com seu poder naval. Nesse momento, o imperialismo deixou claro que não permitiria que a China exercesse sua soberania, diante de uma Taiwan estratégica para os interesses norte-americanos na Ásia, e, fundamentalmente, diante da própria China.

As boas relações entre os dois países se tinham estabelecido sobre a base da disposição do governo chinês de abrir suas fronteiras nacionais para a penetração do capital multinacional, e de impulsionar a restauração capitalista. O “Plano de Reforma e Abertura”, de 1978, foi assimilado pelos Estados Unidos e aliados, sob o cálculo de subordinar a China à órbita do imperialismo. A sua projeção econômica internacional, o domínio da alta tecnologia em áreas sensíveis aos Estados Unidos e o ingresso no clube de países que detêm armas nucleares, no entanto, colocaram a China como obstáculo à manutenção da hegemonia norte-americana.

A Primeira Guerra Mundial realizou a partilha do mundo como resultado das contradições do capitalismo da época imperialista. Não as resolveu. Uma nova partilha ainda mais ampla se deu com a Segunda Guerra Mundial. As contradições permaneceram, e a crise mundial, hoje, está conduzindo o imperialismo a um caminho muito mais perigoso, em função da necessidade de uma nova partilha, que implica derrubar a China, a Rússia e todos os países a elas aliados. Trata-se ainda de uma tendência, mas que avança em ritmo mais acelerado que nas décadas passadas.

A declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional afirma: “O CERQUI vem realizando uma campanha internacionalista pelo fim da guerra na Ucrânia, sob a diretriz de que a tarefa é a de unir a classe operária em torno às bandeiras e tarefas revolucionárias. Os acontecimentos têm demonstrado a correção da defesa pelo desmantelamento da OTAN e de todas as bases militares dos Estados Unidos na Europa; revogação de todas as sanções econômico-financeiras à Rússia; pela autodeterminação, integridade territorial e retirada das forças militares russas da Ucrânia. Acrescentam-se: Fora Pelosi de Taiwan! Repúdio à provocação imperialista!

Operários, camponeses e demais trabalhadores, a única via para acabar com a ofensiva do imperialismo contra a China e a Rússia e barrar o curso da guerra é a da revolução, que coloque o proletariado no poder e que fortaleça o internacionalismo comunista”.

Carta à classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida

Querem enganar os explorados com a bandeira burguesa de defesa da democracia

***Lutemos contra o governo golpista de Bolsonaro com a política e o programa próprios
da classe operária e dos demais trabalhadores!***

É claro que a classe operária e os demais trabalhadores devem condenar e lutar contra as ameaças de Bolsonaro, de não reconhecer a derrota eleitoral em outubro e tentar impedir que Lula tome posse. Se a maioria da população decidiu não dar a Bolsonaro um segundo mandato, a decisão de não entregar a presidência da República a seu adversário constitui um golpe de Estado.

A população, de fato, não tem como controlar a inviolabilidade das urnas eletrônicas. Esse é um problema que diz respeito apenas às forças políticas em disputa e às instituições estatais. As massas não passam de uma força social passiva, que é arrastada pelos aparatos eleitorais. Ou seja, se expressam na individualidade de cada voto, e na formalidade eleitoral típica da democracia burguesa.

A corrupção e as fraudes começam muito antes do momento em que a maioria oprimida é empurrada a votar. Em que sentido? No sentido de que rios de dinheiro são despendidos pelos cofres públicos e pelo financiamento privado, principalmente de poderosos grupos econômicos. No sentido de que os partidos fazem uma trama em torno às candidaturas, lançando mão de verdadeiras negociações para reunir força eleitoral capaz de arrastar as massas inconscientes, despolitizadas, enganadas pelas falsas promessas, e influenciadas pelos poderosos aparatos de propaganda eleitoral. As diferenças políticas entre os candidatos – classificados de ultradireita, direita, centro-direita, centro-esquerda e esquerda – ocultam o conteúdo de classe que indiferenciam e unem os partidos da ordem capitalista.

Os explorados, que formam a maioria da população, elegeram, em 2018, por maioria, Bolsonaro, do PSL, preterindo Haddad, do PT, e desprezando os demais candidatos. Tiveram de arcar com a brutal contrarreforma previdenciária, que seguiu a trabalhista de Temer. Tiveram de arcar com toda sorte de ataques dos capitalistas às suas condições de vida, a exemplo do fechamento de fábricas, demissões em massa, precarização das condições de trabalho, salário-mínimo miserável, rebaixamento geral do valor da força de trabalho, privatizações e avanço da fome.

Esse governo, agora, está sendo rejeitado eleitoralmente pela população, sem saber que se trata de mais um governo burguês que os oprimidos carregaram em suas costas. Mas, por outro lado, a maioria voltou-se para a candidatura de Lula, sem compreender que o caudilho petista também já exerceu o papel de governo burguês por dois mandatos. Lula pôde despendar migalhas de recursos do Estado, que para quem passa fome parece muito, como se fosse a tábua de salvação. Mas, a pobreza, miséria e fome estruturais continuam indefinidamente na base do capitalismo decadente e putrefato. Nenhum governo burguês, por mais que seja de esquerda reformista, pode praticar uma política econômica voltada a erradicar a miséria e a fome.

A vantagem de Lula – o que é reconhecido por uma parcela dos burgueses – foi que tirou o Brasil do “Mapa da Fome”, critério

montado pela ONU, que é um organismo manejado pelo imperialismo, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Se a economia cresce, abrem-se novos postos de trabalho, valoriza-se um pouquinho o salário-mínimo, aumenta-se o assistencialismo tipo Bolsa-Família, e adotam-se programas sociais como Minha Casa, Minha Vida, REUNI e ProUni, assim, a miséria e a fome são provisoriamente amenizadas. Então, a ONU bate palma, e retira o Brasil do “Mapa da Fome”. Mas a miséria e a fome continuam consumindo a vida de milhões. Não saíram do “Mapa da Fome”.

Lula pôde despendar migalhas de recursos do Estado, que para quem passa fome parece muito, como se fosse a tábua de salvação. Mas, a pobreza, miséria e fome estruturais continuam indefinidamente na base do capitalismo decadente e putrefato. Nenhum governo burguês, por mais que seja de esquerda reformista, pode praticar uma política econômica voltada a erradicar a miséria e a fome.

A verdade dos fatos sociais não para por aí. Basta que o raro momento de crescimento econômico cíclico fique para trás, para a miséria e a fome se reerguerem em patamares anteriores ou até mais altos, como vemos agora. Até recentemente, cerca de 14 milhões de brasileiros estavam desempregados. Número que caiu para 10,1 milhões. Entre os jovens, 22,8% se achavam desempregados, no primeiro trimestre de 2022. Mesmo assim, Bolsonaro está usando a estatística da diminuição do desemprego para fins eleitorais.

O correto é que esses números não alteram sensivelmente a situação geral da pobreza, miséria e fome. Mais de 39 milhões de trabalhadores subsistem na informalidade. Os empregos sem carteira assinada deram um salto à frente, chegando a 13 milhões. A média de ganho dos assalariados é de R\$ 2.652,00, o que indica uma queda expressiva de 5,1%. Há que considerar que 30% dos assalariados recebem o salário mínimo de R\$ 1.212,00. Esses dados do IBGE não deixam dúvidas de que retratam o capitalismo em decomposição, que é descarregado sobre as massas sob a forma de desemprego, subemprego, desvalorização da força de trabalho e precarização geral das condições de existência da maioria oprimida.

Seja sob a continuidade de Bolsonaro, seja sob um novo governo do ex-presidente Lula, a marcha da putrefação da sociedade burguesa continuará reproduzindo em escala ascendente a barbárie social.

Lula fará um governo distinto do que foi o do obscurantista Bolsonaro? Tudo leva a crer que não poderá fazer igual ou pior. Mesmo assim, é preciso considerar que se trata de uma compa-

ração relativa, que deve ser considerada nas condições objetivas da crise geral do capitalismo, e, em particular, como se refletirá nos próximos anos no Brasil. A certeza absoluta é que a miséria e fome estruturais não serão banidas. Da mesma forma, não se modificará a tendência do capital de continuar a concentrar-se nas mãos de poucos, e a pobreza e a miséria a se expandirem no seio da maioria oprimida.

Como se vê, o problema real das massas não está em saber se as urnas eletrônicas são seguras ou não. Nesse terreno, somente as forças burguesas decidem. A classe operária não se deve deixar arrastar por essa contenda. Se as urnas forem seguras ou inseguras, darão origem a um novo governo burguês; ou de continuidade ou de descontinuidade quanto à governabilidade, mas é certo que será indistintamente de continuidade de domínio da burguesia sobre a classe operária e a maioria oprimida, bem como de subserviência aos interesses do capital monopolista-imperialista.

É preciso reagir à ameaça de golpe de Bolsonaro? Sim, sem dúvida! Mas não com a política e as armas da burguesia. Bastou que os Estados Unidos dessem seu aval à rejeição da reunião de Bolsonaro com os embaixadores, para que a Fiesp e Febraban bancassem um movimento de “defesa da democracia”. Importantes setores do grande capital chegaram à conclusão de que Bolsonaro já não tem serventia, e, ao mesmo tempo, não conseguiram erguer uma candidatura de “terceira via”, capaz de arrastar as massas, que em sua maioria se definiu por Lula.

As experiências com o PT – inclusive com sua conduta passiva diante do golpe que derrubou Dilma Rousseff – indicam que é um partido completamente integrado ao Estado e aos interesses gerais da classe capitalista. Mesmo assim, considerando o sentido estratégico, setores da burguesia devem sentir-se apreensivos, mas não ao ponto de admitirem um golpe aventureiro de Bolsonaro e seus generais.

A classe operária, por meio de sua política revolucionária, não defende a democracia em geral, uma vez que não passa de uma forma de regime político, que é o melhor instrumento para o exercício ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada. Diante do Estado opressor, trata-se de lutar pelos direitos e liberdade democráticas, justamente para se contrapor à ditadura de classe da burguesia. Diante da ameaça de Bolsonaro e bolsonaristas, de não acatarem o resultado das eleições, a resposta é ganhar as ruas pelo respeito à decisão da maioria da população. Porém, o mais importante está em ter clara a necessidade da luta por um programa próprio de reivindicações dos explorados, dos pobres e famintos, a ser defendido por meio da organização independente e da ação direta coletiva em todo o país.

Eis por que o Partido Operário Revolucionário vem fazendo uma campanha pelas reivindicações contrárias à pobreza, miséria e fome, e de combate à exploração capitalista do trabalho, em

contraposição à política de conciliação de classes e do eleitoralismo. O PT, aliados partidários, centrais, sindicatos e movimentos vêm montando os comitês eleitorais. Isso, depois de se negarem a formar os comitês de empregados e desempregados, contra o fechamento de fábricas, as demissões e implantação das contrarreformas trabalhista e previdenciária. Os comitês eleitorais traves-tidos de combate à fome e pela democracia são instrumentos de engano aos explorados.

O POR luta para que as organizações dos trabalhadores resistam às manobras eleitorais e se coloquem por um programa próprio da classe operária e pela estratégia de um governo operário e camponês, que virá da revolução proletária, e que enfrentará a pobreza, miséria e fome, tendo por base a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

Nas condições de putrefação do capitalismo e da emersão das tendências fascizantes de setores da burguesia e da classe média rica, é dever da vanguarda com consciência de classe preparar as condições para a revolução proletária. Não se pode ignorar ou adiar esse objetivo, por mais difícil que seja, uma vez que os explorados se encontram submetidos à política burguesa, que seus sindicatos estão controlados por direções traidoras, e que a crise de direção pesa a favor da manutenção do capitalismo putrefato e bárbaro.

Bolsonaro prometeu mobilizar suas forças para o dia 7 de setembro. As organizações que estão pela “defesa da democracia” preparam o dia 11 agosto. O POR defende que a centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos e salários, pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária, pelas liberdades democráticas e contra o golpismo bolsonarista. Que o Dia Nacional de Lutas seja baseado na realização de assembleias sindicais e populares, e na formação dos comitês de empregados e desempregados; que seja um passo na preparação da greve geral.

Abaixo Bolsonaro e as forças golpistas!

Lutar contra o governo golpista sob a política, organização e estratégia revolucionárias da classe operária!

Nenhum apoio à política de defesa da democracia burguesa!

Que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com o eleitoralismo e deixem de servir aos objetivos burgueses da “defesa da democracia”! Que convoquem um Dia Nacional de Luta pelos empregos, salários e direitos trabalhistas, como preparação da greve geral!

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Por que o POR não defende a democracia em geral

Combater o governo Bolsonaro e o golpismo com o programa, métodos e organizações próprios da classe operária!

A Fiesp e a Febraban decidiram apoiar o movimento de “defesa da democracia” e “respeito às eleições”. Essas bandeiras, declaradamente, se voltam contra as ameaças de Bolsonaro e seus generais, de não respeitarem a possível vitória de Lula, e assim reagirem com um golpe de Estado.

Em meio a instituições civis, como OAB, Universidades, Academia Brasileira de Letras, círculos de intelectuais, personalidades, etc., gestou-se a bandeira de “defesa da democracia”. As duas mais importantes organizações empresariais – a da indústria e a dos bancos – deram estofamento ao movimento pretensamente antigolpe. Nesse mesmo sentido, autoridades norte-americanas se pronunciaram pelo respeito às eleições e à democracia. Assim, a reunião de Bolsonaro com diplomatas de todo o mundo, para mostrar que as urnas eletrônicas eram passíveis de violação, acabou sendo um tiro que saiu pela culatra.

Está em andamento um abaixo-assinado com esse teor. No dia 11 de agosto, será lida na Faculdade de Direito do Largo São Francisco a “Carta às brasileiras e brasileiros, em defesa do Estado de Direito”, uma espécie de réplica da “Carta aos Brasileiros”, de 1977, que exigia o fim da ditadura militar e a volta da democracia. A versão atual se volta à defesa da democracia restabelecida em 1985, que resultou na primeira eleição presidencial, em 15 de novembro de 1989.

É bom assinalar alguns acontecimentos que envolveram a volta da democracia. Em dezembro de 1992, Collor de Melo renunciou, acuado por um processo de impeachment. O segundo processo de destituição derrubou, em agosto de 2016, a presidenta petista Dilma Rousseff. Anteriormente, pairou sobre o governo de Lula a ameaça de impeachment. Observa-se que o povo vota, sendo a imensa maioria de trabalhadores, mas a força social que destituiu o presidente ou o mantém no cargo é a burguesia, que é a classe ultraminoritária constituída por oligarquias. Por cima dessa classe oligárquica, atua o imperialismo, em especial, o norte-americano. Não por acaso, agora, foi chamado a dar seu parecer e aval às urnas eletrônicas.

A derrubada de Dilma Rousseff, em particular, resultou de uma grande conspiração burguesa e pequeno-burguesa, apesar das formalidades legais e das aparências de normalidade política. Houve uma violação da chamada “soberania popular” do voto. A força social que defenestrou a presidenta não foi a do “povo”, mas sim a da oligarquia burguesa. O governo de transição de Temer se caracterizou por uma ditadura civil. O impeachment não levou a novas eleições, e o vice-presidente, que foi fundamental para que a conspiração trinfasse, simplesmente ocupou a cadeira presidencial. Temer impôs a reforma trabalhista, tão almejada pelos capitalistas. Preparou assim o caminho para a ascensão política do mais ultradireitista e fascitizante Bolsonaro, que no momento faz de tudo para ser reeleito e não esconde sua vontade de levar as Forças Armadas a darem um golpe, sob a alegação de que as urnas eletrônicas não garantem eleições limpas.

Esse percurso da democracia renascida, depois de 21 anos de ditadura militar, sinteticamente descrita, se processou sob o deno-

minado “Estado de Direito”. Está bem visível o caráter oligárquico da democracia no Brasil semicolonial. Entre os defensores do “Estado de Direito”, principalmente a Fiesp e Febraban, estão os maiores responsáveis pelo golpe de Estado, que interrompeu o mandato da presidenta eleita, e o colocou a cargo de uma ditadura civil.

Mas, essas particularidades não devem ser tomadas como sendo a essência da democracia – o regime político mais avançado criado pelo capitalismo, em comparação aos regimes das sociedades de classe anteriores. Os regimes ditatoriais, sendo o fascista sua expressão mais alta – também são criações do capitalismo. Justificam-se, nas condições em que o regime democrático não consegue cumprir sua função de regular as cisões no seio da burguesia, mas sobretudo não consegue amortecer a luta de classe dos explorados contra os exploradores. Geralmente, combinam-se as duas variantes que surgem na situação de profunda crise econômica e política. O fundamental da natureza da democracia burguesa, portanto, está em que é o melhor regime para ocultar a ditadura de classe da burguesia sobre a classe operária e a maioria oprimida. Em falhando nessa função, as forças capitalistas recorrem a golpes de Estado e às ditaduras.

Em 1964, os conflitos interburgueses no Brasil chegaram ao auge, sob um governo nacionalista débil, e em uma situação mundial convulsiva que abalava a América Latina. O golpe militar se impôs pela vontade da fração mais poderosa da oligarquia burguesa, e pela influência direta dos Estados Unidos. Esse regime garantiu a ditadura de classe da burguesia, que pôde seguir a democracia oligárquica, restabelecida em meados de 1980.

Como se constata historicamente, trata-se de uma enorme farsa, que a Fiesp, Febraban e todas as organizações que seguem seus passos estejam pela democracia. Estão pela perpetuação da ditadura de classe da burguesia.

Na situação, um golpe bolsonarista configura uma aventura. O que pode potencializar a crise política, e impulsionar a luta de classes dos explorados contra os exploradores.

O programa e a política do proletariado jamais se colocam pela defesa da democracia em geral, uma vez que estaria colocando-se pela perpetuação da ditadura de classe da minoria sobre a maioria. O que não pode se confundir com o desprezo ou negação da luta pelas bandeiras democráticas, que permitem os explorados se oporem à dominação burguesa, e avançarem no terreno da luta de classes. Nesse sentido, é preciso rechaçar a ameaça golpista de Bolsonaro e seus generais, com as bandeiras e métodos próprios de luta dos explorados.

Nenhum apoio ao movimento burguês pela democracia! Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas; pela revogação imediata das reformas trabalhista e previdenciária; pelo fim das privatizações e pelas reestatizações sob o controle operário da produção; preparar a greve geral; e pela defesa do fim da guerra na Ucrânia e unidade operária na luta contra o capitalismo putrefato e a dominação imperialista.

Ceará – Eleições

DEFINIDO O CENÁRIO DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR NO CEARÁ

Nenhum apoio às candidaturas burguesas e eleitoreiras! Pela independência de classe dos explorados! Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem a luta nas ruas em defesa das condições de vida das massas!

Com os principais ajustes e acordos fechados antes mesmo do limite do tempo estabelecido pela justiça eleitoral (05/08), formalizaram-se sete candidaturas ao governo do estado: Roberto Cláudio (PDT/PSB/PSD/PSDB/Cidadania), Elmano Freitas (PT/ MDB/PCdo B/PV/PP/Solidariedade/PROS); Capitão Wagner (UB/PL/PTB/Podemos/Avante); Adelita Monteiro (PSOL); Serley Leal (UP); Zé Batista (PSTU) e Chico Malta (PCB).

O fato mais relevante do cenário eleitoral, até aqui, continua a ser a ruptura da aliança PT-PDT, que originou duas candidaturas antagônicas. Após o anúncio de Roberto Cláudio para governador, pelo PDT, o PT imediatamente reuniu aliados e costurou um acordo. Com o empenho pessoal de Camilo Santana, e até mesmo de Lula, foi lançado o nome de Elmano Freitas à frente de uma coligação que, agora, já conta com 7 partidos. Tudo indica que a candidatura petista alcançará grande projeção no próximo período, apoiada não apenas nos acordos que Camilo já costura com prefeitos de todos os lugares, mas especialmente na alta popularidade de Lula no estado.

Os atritos entre os ex-aliados se intensificaram, após prefeitos do PDT se

desfilarem para apoiar Elmano/PT ou simplesmente romperem o apoio à Roberto Cláudio. Com um racha interno na própria oligarquia Ferreira Gomes (Ciro impôs o nome de Roberto Cláudio contra a vontade dos irmãos Cid e Ivo Gomes que, ao que parece, aspiravam a uma aliança estadual com o PT), o domínio do PDT no estado encontra-se ameaçado. A desfiliação de Izolda Cela (atual governadora) do PDT, que deu ensejo a boatos sobre a exoneração de apoiadores de Roberto Cláudio em cargos de confiança, significa que os Ferreira Gomes não poderão contar com o apoio da máquina estadual em seu favor. Mesmo a adesão oficial de Tasso e do PSDB à candidatura Roberto Cláudio (até agora o grande trunfo obtido por Ciro), representa pouco, para assegurar uma vitória eleitoral.

Por outro lado, a candidatura de Wagner/UB, representante das frações burguesas mais à direita, liberais, militares e evangélicos no estado, se beneficiará apenas momentaneamente com a cisão dos governistas, até que um novo acordo, num eventual 2º turno, possa reunir os antigos aliados contra o candidato bolsonarista.

O choque entre as três principais can-

didaturas representam tão somente conflitos interburgueses. Os candidatos do PT, PDT e UB não poderão dar lugar senão a governos burgueses, inimigos dos trabalhadores e juventude pobre. No Ceará, como no restante do país, os explorados suportam todo o peso da crise econômica capitalista. A miséria aumenta, os salários e a renda dos explorados caem. A oferta de empregos, em condições de superexploração, não atende à demanda. Avançam as privatizações e as contrarreformas, que destroem direitos. O acesso à Moradia, à Saúde, à Educação, ao Transporte e Lazer é cada dia mais difícil. Nessa situação de profunda decomposição social, impõe-se a defesa da independência de classe dos explorados. Dessa forma, o POR chama o Voto Nulo programático, em defesa da construção do Partido Operário Revolucionário. Convoça os explorados a não confiarem nas eleições para resolver seus problemas, mas apenas em suas próprias forças, apoiando-se na ação direta, e exigindo das centrais, sindicatos e movimentos, a convocação imediata de um Dia Nacional de Luta, preparatório à Greve Geral, para a defesa das condições de vida e trabalho da maioria oprimida.

Rio de Janeiro e São Paulo

PT amplia sua política de conciliação de classes

A cada passo dado pelos partidos na corrida eleitoral, mais se vão revelando seus interesses e prioridades. O Partido dos Trabalhadores, em SP e no RJ, tomou duas decisões, que nos ajudam a compreender seu verdadeiro caráter de classe.

No RJ, o PT estadual enviou resolução para o PT nacional, propondo a retirada do apoio à candidatura de Marcelo Freixo, ex-PSOL e atual PSB. Esse fato causou confusão entre as esquerdas, que viam com naturalidade o apoio petista à Freixo para governador. Seu principal adversário, o atual governador Cláudio Castro, é o candidato de Bolsonaro, e tem sido fiel à sua política direitista: violência contra os pobres e privatizações. O motivo apresentado foi a insistência de parte do PSB de lançar Alessandro Molon para o senado, deixando assim o PT sem candidatura no estado. Para complicar o imbróglio, o vice-presidente do PT, Washington Quaquá, vai levar para a decisão a candidatura de Rodrigo Neves (PDT) ao governo do RJ, para que o PT apoie. Esse ex-prefeito de Niterói é o candidato de Eduardo Paes, atual prefeito da capital. A decisão final foi colocada nas mãos da direção nacional. No dia 5 de agosto, a Executiva Nacional confirmou o apoio à candidatura de Marcelo Freixo para governador e de André Ceciliano para o Senado. Esse jogo demonstrou o quanto as alianças eleitorais re-

fletem o apodrecimento da política burguesa.

Já em SP, Haddad convidou Marina Silva para ser sua vice ao cargo de governador. A chapa só não se efetivou porque Marina recusou, alegando que seu compromisso é com a Amazônia, etc., mas a realidade está em que Marina, principal candidata da Rede, é a “puxa-voto”, e, portanto, vai lançar-se para a Câmara de Deputados novamente. Nota-se que Haddad, assim como Lula para o Planalto, têm tratado de fortalecer a candidatura com alianças a setores francamente reacionários, eliminando qualquer ilusão na suposta “candidatura de esquerda”, representada pelo PT. O fato de Marina ter apoiado o golpe contra o PT, em 2016, não parece ter sido um problema para que Haddad fizesse o convite. Como Marina Silva não aceitou, o PT recorreu a Lúcia França, esposa de Márcio França, do PSB, que concorrerá ao Senado. É bom lembrar que Márcio França havia insistido em ser o candidato a governador na aliança em torno à candidatura de Lula.

De conjunto, essas duas situações expressam a linha política geral do PT, que é a da conciliação de classes, aí está o fundamento dessas movimentações em direção aos setores que vão do centro à direita. Assim como em 2018, a candidatura petista foi se “endireitando” ao longo da disputa. É o famoso vale-tudo eleitoral. Os se-

tores mais explorados e empobrecidos da sociedade permanecem sob o controle das direções sindicais e movimentos populares, que têm servido de braço eleitoral do petismo. Isso libera as cúpulas

do partido a agir pelas costas das massas, realizando acordos com representantes da política burguesa, e se movimentando unicamente pela disputa de cargos e vagas nos governos.

Disputas eleitorais para o governo do estado de Rondônia

Em Rondônia, os partidos eleitores iniciaram as convenções, objetivando firmar os acordos prévios em torno às candidaturas ao governo do estado e aos demais postos legislativos. No dia 24/7, ocorreu a convenção do partido União Brasil e Republicanos, que decidiram pela reeleição do atual governador Marcos Rocha, tendo também como aliado o prefeito de Porto Velho, Hildon Chaves/PSDB. Deixaram em aberto o nome do vice, na tentativa de ampliar a base de apoio. Mas o governador repetiu o slogan bolsonarista: *“Quero que seja uma pessoa técnica que tenha facilidade de diálogo e respeite os princípios que é Deus Pátria e família”*.

No 31/07, foi realizada a convenção da Frente de Esquerda no estado, composta pelos partidos PT/PCdoB/PV/PDT/PSB e Solidariedade. Nesta coligação, o candidato ao governo do Estado é o ex-petista Daniel Pereira, que agora é filiado ao PSB. Foi vice-governador do Confúcio Moura/ MDB. De início, nesta coligação, estava o Psol e Rede Sustentabilidade. Com a entrada do PDT, a liderança do Psol e Rede se aborreceram, e se separaram da coligação que se auto definiu como “Coligação de Esquerda”. No

mesmo dia, a liderança do Psol, junto com o Rede Sustentabilidade, decidiu indicar para governador Pimenta de Rondônia/Psol, tendo como vice Michele Tolentino de Oliveira/REDE. Como se vê, o circo eleitoral foi armado. A corrida eleitoral está em que coligação arrastará mais explorados para o pleito de outubro.

A militância do Partido Operário Revolucionário vem mostrando que as eleições significarão a troca de um governo burguês por outro. Portanto, nenhuma ilusão nas eleições. Só as massas organizadas, criando seu partido-programa, poderão pôr de pé uma sociedade sem explorados e exploradores. As eleições burguesas só trazem ilusões, e retardam a conquista do poder pelos verdadeiros produtores de riqueza do país.

Nesse momento, o POR vem fazendo uma campanha nas fábricas e outros locais de trabalho e estudo, contra a fome e a miséria, por meio de cartazes, boletins e manifestos. E vem exigindo que as centrais, sindicatos e movimento convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, preparando as condições para uma greve geral.

5 anos de Reforma Trabalhista

A derrubada da reforma trabalhista depende de a classe operária passar por cima da burocracia sindical traidora, e emancipar os sindicatos da política de conciliação de classes

No Jornal Massas anterior, fizemos um balanço do avanço da precarização dos contratos de trabalho, nesses cinco anos de reforma trabalhista. Mostramos o esfacelamento da classe operária e a queda do valor dos salários. E a responsabilidade das direções sindicais, que acabaram naturalizando as duras consequências da reforma trabalhista. Agora, destacaremos a propaganda enganosa em torno ao empreendedorismo e ao trabalho por aplicativos, que foram usados no curso da aprovação da reforma antioperária.

Com uma alta taxa de desemprego, depois de dois anos de recessão (2015-2016), a ditadura civil de Temer se incumbiu de aprovar a reforma trabalhista, que se concretizou em 11 de julho de 2017. Cumpru um antigo pleito dos capitalistas, que, desde os anos de 1990, exigiam mudanças na CLT, visando a reduzir os encargos sociais na contratação de mão-de-obra. Além de impor o mecanismo do “negociado acima do legislado”, ou seja, reduzir o papel dos sindicatos, instituindo as negociações entre patrões e empregados à margem de qualquer resistência coletiva dos trabalhadores.

Temer, Congresso Nacional e capitalistas, assim, aproveitaram o momento em que o trabalho informal era a única fonte de renda para mais da metade da força de trabalho e em que o desemprego atingiu 13,2 milhões, para assim eliminar direitos trabalhistas e criar formas de contrato extremamente precárias. Fez parte da campanha pela reforma, a propaganda em favor da “autonomia” do trabalhador, que trouxe o rótulo do “empreendedorismo”, como aquele que não precisa vender sua força de trabalho a um patrão em troca de um salário. Ou seja, aquele que utiliza sua capacidade para desenvolver seu “negócio”.

É bom lembrar que essa campanha ilusória contou com a investida do governo junto à juventude, por meio da aprovação da reforma do ensino médio, também em 2017. Boa parte do trabalho informal é executado pelos jovens. Assim, a ideologia burguesa

do empreendedorismo, por meio de sua introdução no currículo das escolas públicas, fez parte da ação governamental de utilizar a reforma trabalhista para absorver a massiva força de trabalho jovem e legalizar a informalidade. Criou-se, portanto, a ilusão de que esse poderia ser o caminho para milhões de brasileiros, que se socorriam dos setores de serviços e comércio para supostamente “empreender”.

Cinco anos após essa ofensiva, os dados atestam o que não poderia ser diferente. O “empreendedorismo” dependia de recursos econômicos (crédito para abrir negócio), de capacitação na área escolhida, de pesquisa de mercado para os produtos, etc., o que para a grande maioria dos desempregados e da juventude eram barreiras intransponíveis. Portanto, a ilusão com essa modalidade de trabalho, que supunha maior autonomia, não passou de campanha para esconder o real objetivo da reforma trabalhista, que foi o de dar uma face positiva à bárbara informalidade.

Fato semelhante ocorreu com os trabalhadores de aplicativos. Milhões de desempregados foram empurrados à modalidade de trabalho por aplicativo. Em pouco tempo, o suposto trabalho “autônomo” caiu por terra, quando ficou patente a sua dependência de uma empresa contratante. Bastam os exemplos dos entregadores e dos motoristas por aplicativos, que trabalham em empresas como iFood, Rappi, Uber Eats e lojas via e-commerce. Estão sujeitos à jornada de mais de 10 horas, aos baixos rendimentos e à ausência de direitos elementares de trabalho. O desemprego e os dois anos de Pandemia colocaram milhões nessa precária condição, alimentados pela falsa propaganda de era possível empreender, ser “autônomo” e “dispor de seu tempo e capacidade de trabalho” sem se submeter aos capitalistas. A reforma trabalhista e a propaganda enganosa serviram para obscurecer que o crescente avanço da informalidade (subemprego) reflete a decomposição do

capitalismo, que já não tem como desenvolver em grande escala as forças produtivas, que se acham encarceradas pelas relações de exploração do trabalho e acumulação de capital. Eis por que esse contingente de informais compõe o gigantesco exército de reserva, mecanismo fundamental para os capitalistas rebaixarem de forma geral o valor da força de trabalho.

Apoiado na fácil aprovação da reforma trabalhista, Bolsonaro lançou a Medida Provisória da Carteira Verde Amarela, em 2019, visando a transformá-la em Lei, para facilitar a contratação de jovens pelos exploradores. A famigerada Carteira Verde Amarela, que aniquila ainda mais com o que restou das relações de trabalho, nada mais é do que a continuidade da reforma trabalhista por outra via, uma Medida Provisória por parte do presidente da República. No momento, Bolsonaro acabou suspendendo a investida, diante das denúncias do avanço da precarização do trabalho e da liquidação de direitos, depois de dois anos da reforma.

Agora, Bolsonaro e Guedes usam a queda do desemprego para a campanha eleitoral, como se resultasse de sua política antioperária. Certamente, usam desse expediente para colher votos dos explorados à reeleição. Mostram que saiu do patamar de dois dígitos (11,1%) para um dígito (9,3%), alimentando a ilusão de que a crise econômica está sendo contida. No entanto, ocultam que a pequena queda do desemprego se deu à custa do crescimento da informalidade, que chegou a 39,3 milhões de trabalhadores.

Lula, por sua vez, que ensaiou uma propaganda pela revogação da reforma trabalhista, acabou limitando-se à defesa de incluir algum direito aos trabalhadores por aplicativo, no caso dos entre-

5 anos de Reforma Trabalhista

gadores. Os discursos inflamados do candidato petista em favor de emprego, contra a fome e a miséria, não passam de palavras ao vento. Isso porque terá de se ajustar à aliança burguesa constituída para se alçar ao poder do Estado. Não terá, assim, como revogar duas grandes contrarreformas – trabalhista e previdenciária –, revogação essa pretendida demagogicamente pela burocracia sindical e reformistas de esquerda.

No entanto, as direções sindicais não fazem senão espalhar ilusões de que, com a troca do governo, será possível melhorar as condições de vida dos explorados. Hoje, há uma ampla e inédita grande aliança de quase todo movimento sindical em torno à eleição de Lula. A burocracia sindical, há muito, vem deixando as campanhas salariais para trás, não reagem às privatizações, colaboram com os acordos patronais de demissão e de redução salarial. Mais recentemente, ressalta o fato de se mostrarem incapazes de levar os sindicatos a reagirem contra o fechamento de fábricas e a destruição de milhares de postos de trabalho.

A derrota da classe operária diante das reformas trabalhista e previdenciária somente será revertida por meio da ação direta (greves, manifestações, ocupações, etc.), do restabelecimento da democracia sindical e da política de independência de classe. Cabe à vanguarda com consciência de classe trabalhar insistentemente pela constituição de oposições sindicais classistas e revolucionárias. A construção do Partido Operário Revolucionário no seio da classe operária se potenciará, na medida em que o proletariado e os demais explorados vão se libertando da política burguesa e da camisa de força da burocracia sindical colaboracionista.

5 anos de reforma trabalhista – Carta de 2017

A luta do POR contra o golpe de Estado e a reforma trabalhista da ditadura civil de Temer

Após cinco anos de implantação da reforma trabalhista, o POR vem fazendo um balanço dessa brutal derrota da classe operária e dos demais trabalhadores. Uma derrota que se deveu à traição das direções sindicais, que quebraram a disposição de luta manifestada na greve geral de abril de 2017. Dois meses depois, Temer e o Congresso Nacional aprovaram essa reforma antioperária. O POR, que batalhou pelo êxito da greve geral, criticou o 1º de Maio, que ocorreu dois dias após a greve, como de conciliação de classes, responsabilizou as direções por desarmar os explorados de seu instrumento de luta (greves e manifestações), divulgou uma Carta aos trabalhadores no dia seguinte da liquidação dos direitos elementares da força de trabalho, contidos na CLT.

Decidimos republicar a Carta, porque vincula o golpe de Estado de 2016, que derrubou o governo do PT e instituiu a ditadura civil de Temer, com a diretriz do grande capital de aprovar as contrarreformas, que se iniciou com a trabalhista, preparando o

terreno para a previdenciária, ocorrida dois anos depois no governo Bolsonaro. Os partidos golpistas (MDB e PSDB) e apoiadores da reforma trabalhista compõem, hoje, como possíveis aliados da candidatura de Lula. O exemplo mais vergonhoso é o do ex-governador do PSDB, Geraldo Alckmin, que hoje é vice de Lula, sendo que, na época do golpe e da reforma trabalhista, auxiliou o governo de Temer a impor as medidas antioperárias.

As direções sindicais fecham os olhos para o passado, ocultando o papel reacionário dos partidos da burguesia, em função de interesses eleitorais e da incapacidade de defender as necessidades mais elementares dos explorados.

O acerto da linha do POR em caracterizar o objetivo do golpe de Estado, a ditadura civil de Temer e a vitória eleitoral do direitista Bolsonaro, bem como a traição das direções sindicais, se evidencia na Carta, de 12 de julho de 2017, que republicamos logo na sequência.

Carta Aberta à classe operária e aos demais trabalhadores

Vitória de Temer contra os explorados

Aprovada a reforma trabalhista. Traição das burocracias sindicais serviu ao governo golpista.

12 de julho de 2017, publicado no jornal Massas 546

Por 50 votos a favor e 26 contra, o Senado aprovou a reforma trabalhista. É um dos maiores ataques à classe operária e demais explorados na história do país. Não se conhece um retrocesso tão profundo em direitos conquistados pelos assalariados. A instituição da norma que dá poderes do “negociado sobre o legislado”

põe abaixo as leis trabalhistas, que regulamentavam a venda da força de trabalho dos explorados e a sua compra pelos exploradores, desde os anos 1940. A CLT que, bem ou mal, continha garantias de direitos e proteção dos trabalhadores perante a selvagem exploração, foi inteiramente destruída. Um dos pilares da CLT

que ainda não havia sido derrubado era o princípio do contrato coletivo do trabalho, que regulamentava nacionalmente o conflito entre o capital e o trabalho. A burguesia nunca aceitou se sujeitar a nenhuma normatização geral que permitisse qualquer tipo de defesa jurídica contra a superexploração. Nunca admitiu limitar o direito individual de cada explorador determinar as condições de compra e uso da força de trabalho. Está aí por que o contrato coletivo foi uma conquista da classe operária por meio da luta de classes, das greves, ocupações e manifestações.

O governo golpista de Temer, o Congresso Nacional e a burguesia como um todo brindaram a derrubada da CLT. E com toda razão, uma vez que impuseram uma derrota histórica à classe operária. Dizemos que os capitalistas comemoram com toda razão porque se tratou da reconquista da liberdade burguesa de explorar mais livremente os milhões de brasileiros que movimentam a produção, o comércio, e que com suor e sangue entregam a seus escravizadores um rio de riqueza.

Para alcançar um feito tão grande, a burguesia e a maioria de seus partidos tiveram de promover um golpe de Estado, e estabelecer um governo completamente livre de qualquer pressão da maioria explorada e mesmo da burocracia sindical. O Congresso Nacional, que se tornou o principal órgão do golpe, se encarregou de pôr em marcha as reformas antinacional, antioperária e antipopular, concebidas pelo governo golpista. As instituições do Estado se sujeitaram integralmente aos ditames do capital financeiro e aos interesses do imperialismo saqueador. Foi preciso estabelecer uma ditadura civil, para impor por cima da população e, principalmente, da classe operária a destruição do contrato coletivo de trabalho, que há muito os capitalistas vinham exigindo dos governos e do Congresso Nacional.

Os governos do PT, de Lula a Dilma, cumpriram a função de assegurar o funcionamento do capitalismo e, portanto, da exploração do trabalho. Em nenhum momento, deixaram de servir aos interesses gerais da classe capitalista e do imperialismo. No entanto, não puderam se encarregar de uma reforma tão regressiva como a trabalhista, que acabou de ser aprovada, e a previdenciária, que está em andamento. Em outras palavras, foram serviçais da grande propriedade dos meios de produção, mas não poderiam romper completamente com a classe operária e demais explorados promovendo reformas tão violentas. Não deixaram de fazer as reformas antioperárias, a exemplo da previdenciária, da implantação do Programa de Proteção ao Trabalho (PPE), etc., para isso tiveram de limitá-las por meio de negociação entre governo, capitalistas e burocracias sindicais.

Temer se encarregou de livrar o Estado de tais relações montadas pelo governo de conciliação de classes do petismo. A condição de governo nascido do golpe, que cassou o voto de milhões que deram um segundo mandato a Dilma Rousseff, permitiu que o ministro da Fazenda, Meirelles, pudesse arquitetar as reformas, sem nenhuma interferência da burocracia sindical e das relações políticas próprias de disputas eleitorais. Temer foi imposto ao país pelo Congresso Nacional oligárquico, completamente divorciado das massas e de suas necessidades mais elementares. Instituiu-se, portanto, como uma ditadura civil, com um objetivo claro de implantar as draconianas reformas, para que, nas eleições de 2018, o novo governante não precisasse impô-las. Sua função foi precisamente a de limpar o terreno para que a coligação golpista (PMDB, PSDB e DEM) decidisse nessas eleições quem comandaria o Estado.

A crise política golpeou incessantemente o governo ditatorial, mas não inviabilizou a aprovação da reforma trabalhista. E por quê? Porque o Congresso Nacional é parte da ditadura civil, erigida com o golpe de Estado. Temer está na condição de cai-não-cai. No mesmo momento em que se votava a reforma trabalhista, o relator da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) encaminha-

va favorável à admissibilidade da denúncia de corrupção passiva envolvendo o presidente da República. Nesse mesmo momento, Temer comemorava a vitória no Senado, e exortava o Congresso Nacional a mantê-lo na presidência, sob o argumento de que é o seu governo que está pondo o país nos trilhos. Os carrascos dos trabalhadores se deram ao luxo de cantar a vitória como fruto da democracia. Em absoluto, a aprovação da reforma trabalhista e sua implantação por Temer é um ato da ditadura de classe da burguesia e de sua ditadura governamental. Eis por que a gigantesca crise política não inviabilizou o curso das reformas reacionárias.

Não faltaram avaliações otimistas entre a burocracia sindical, e mesmo entre as esquerdas, de que era difícil passar a reforma trabalhista devido à desintegração do governo Temer. O que não viam é que o governo golpista não se resumia ao presidente da República. O Congresso Nacional é o órgão e a base do governo ditatorial. A aprovação da reforma trabalhista é a comprovação mais acabada de que a burguesia recorreu ao golpe e à ditadura civil para desfazer um ataque histórico à classe operária. A classe capitalista encontrou na democracia formal a melhor forma de dirimir seus conflitos e de exercer sua ditadura de classe sobre os explorados, mesmo a democracia truncada e deformada do país semicolonial tem essa função. Ocorre que, diante da situação de aprofundamento da crise econômica e da luta de classes, a democracia passa ser um estorvo, e os governos que foram eleitos, igualmente, quando não conseguem impor pela força as medidas de proteção ao capital. O Congresso Nacional, como órgão do golpe, manteve unida a frente partidária em torno da política econômica e das reformas, independente da decomposição política do governo Temer.

Assistimos aos protestos da oposição, encabeçada pelo PT e PCdoB no Senado. Fizeram um escarcêu teatral, ocupando a mesa da presidência do Senado por algumas horas. Gleisi Hoffmann, presidente do PT, fez um discurso inflamado, mostrando que a maioria do Senado é composta de empresários, latifundiários e altos funcionários do Estado, para concluir que é preciso retomar as eleições. Os parlamentares oposicionistas sabiam perfeitamente que as manobras para adiar a decisão final da reforma trabalhista seriam em vão. A pantomina serviu tão somente para no futuro próximo mostrar a cara perante os explorados de oposição às reformas e lhes pedir votos.

Tais manifestações parlamentares, pseudo radicais, serviram, servem e servirão para ocultar a traição das burocracias sindicais que interromperam o impulso dado pela greve geral de 28 de abril. A caravana que montaram para assistir à votação de 11 de julho – dia da desgraça dos oprimidos – acabou sendo um velório da morte dos direitos mais elementares dos assalariados. Sequer foram capazes de repetir a marcha de 24 de maio. Enquanto os senadores oposicionistas dramatizavam, os burocratas sindicais, nas imediações do Congresso Nacional, acompanhavam de mãos e pés amarrados o golpe fatal, desfechado na nuca dos explorados. Essa conduta capituladora contrastou com o vigoroso movimento grevista de 28 de abril e as grandes manifestações de massa. Ao mesmo tempo, expôs a traição dos dirigentes das centrais sindicais, que romperam a unidade da classe operária e demais explorados em luta contra as reformas e o governo golpista.

A UGT e a Força Sindical, vinculada ao partido golpista Solidariedade, negociaram com Temer medidas provisórias (MPs), cujo objetivo principal é o de alterar o ponto da reforma que extingue o imposto sindical. Essa foi a forma do governo apagar as arestas em sua própria base de apoio. Não por acaso, o presidente do Senado, Eunício de Oliveira, explicou que a ocupação da mesa diretora não se justificava, uma vez que a reivindicação sobre o trabalho insalubre de gestantes e lactantes havia sido negociado com Temer, que faria uma alteração através de MPs.

Sabemos perfeitamente que a Força Sindical e UGT são apên-

lices da burguesia, correia de transmissão de seus interesses no movimento sindical. A burocracia da CUT, embora se colocasse contra as reformas de Temer, não é menos responsável pela traição. Também contribuiu decisivamente para bloquear o impulso da greve geral de abril, substituindo-a por manifestações inócuas em defesa da “democracia” e da convocação de eleições. A greve geral de 30 junho foi transformada em um dia de paralisações parciais, de acordo com a disposição de cada sindicato. O resultado foi que a classe operária, em grande parte, esteve totalmente ausente. E as manifestações mais importantes em alguns estados não atingiram em nada o governo. Temer, em seu discurso de saudação à aprovação da reforma, disse com desdém que, enquanto alguns protestavam, a caravana passava. O Sindicato Metalúrgico do ABC, para não parecer que não fez nada, realizou uma passeata na Anchieta, no dia da votação do Senado.

A greve geral de abril surpreendeu a própria burocracia, que passou a temer o impulso da classe operária. A greve geral é condenada em toda linha pela burguesia, porque se converte em luta política contra o governo, os exploradores e o Estado. De um lado, a Força Sindical e a UGT negociaram com Temer o desmonte do movimento; de outro, a CUT desmontou a luta contra as reformas, e passou a priorizar a campanha do PT pelas eleições. A direção da CUT se pronunciou que não estava contra as reformas, mas sim contra as reformas de um governo “ilegítimo”. Pediu a eleição de um novo governo, para constituir uma mesa de negociação sobre as reformas. De forma que as duas maiores frações da burocracia que comandam as centrais sabotaram a greve geral de 30 de junho. A Força Sindical e a UGT, porque estão pela sustentação do governo golpista, e a CUT e CTB, porque estão pela convocação de eleições presidenciais. De uma maneira ou de outra, prevaleceu a conciliação de classes e o servilismo burocrático.

A maioria oprimida tem pela frente a reforma da Previdência. O seu destino está dependendo, por enquanto, tão somente dos atritos interburgueses. Isso por que as centrais sindicais levaram à derrota o movimento de abril, desarmando o combate das massas diante da reforma trabalhista. É preciso denunciar claramente o papel nefasto da Frente Brasil Popular, que alimenta a política de colaboração de classes do PT e do PCdoB. Em toda a parte, se organiza para recompor a oposição burguesa, encabeçada pelo petismo e sua burocracia sindical. É completamente falsa a justificativa de que a canalização do descontentamento das massas para a convocação de eleições, e constituição de um novo governo, recuperará a democracia, e assim interromperá a marcha das reformas do governo “ilegítimo”.

O capitalismo está mergulhado numa profunda crise econômica, se desintegra mundialmente, e impulsiona a barbárie. As demissões em massa no Brasil, o crescimento do desemprego, a potenciação da miséria e putrefação social são seus sintomas visíveis. Nenhum governo burguês terá como inviabilizar a política do capital financeiro para a desastrosa situação do capitalismo. A dívida pública parasitária determina o conteúdo da política econômica dos governos. O PT pôde realizar sua política de colaboração de classes na situação em que a economia mundial crescia. Bastou que a maré da recessão arrastasse o Brasil, para que a burguesia promovesse o golpe de Estado contra o governo petista. A política de colaboração de classes tem grande responsabilidade diante do fracasso de seu governo, do golpe institucional, e da constituição da ditadura civil de Temer.

Não há outra via para a classe operária expressar seu ódio ao governo burguês e às reformas, a não ser rompendo com a camisa de força do colaboracionismo de classe e da estatização de seus sindicatos. Enquanto estiver sob essa direção, irá de derrota a derrota. A greve geral de abril pôs à luz do dia a potencialidade revolucionária do proletariado, mas, ao mesmo tempo, a força da

subserviência de suas organizações controladas pela burocracia contrarrevolucionária. A rica experiência deste período deve servir à vanguarda, para tirar as conclusões programáticas e táticas sobre a derrota de 11 de julho. Observamos que a luta pela independência de classe compareceu embrionariamente nos comitês de base, que não puderam desenvolver-se, devido à extrema fraqueza da vanguarda, identificada com as esquerdas. Sem a organização independente, de massa e classista, não é possível criar as condições políticas para derrotar a ofensiva da burguesia nacional e do imperialismo. A ausência da estratégia própria de poder da classe operária, capaz de se diferenciar da estratégia burguesa do reformismo, concentra todo o problema da situação. A esquerda em geral se alinhou por trás da bandeira “Fora Temer e eleições”. Favoreceu a política do reformismo e da burocracia sindical, que traía abertamente a luta contra as reformas.

O Partido Operário Revolucionário levantou a bandeira de “Abaixo a reforma trabalhista! Abaixo a reforma da Previdência! Abaixo o governo golpista de Temer, por um governo operário e camponês”. No entanto, devido ao seu desenvolvimento embrionário, não foi possível encarná-la em uma fração da classe operária. Corresponhia às condições objetivas da crise de poder da burguesia, mas carecia das condições subjetivas que correspondem à presença do partido revolucionário e o avanço da consciência socialista do proletariado. Essa contradição se manifestou plenamente. Seu reflexo está materializado na derrota deste 11 de julho. As massas só poderiam vencer o governo golpista se estivessem sob uma direção revolucionária, que, partindo das reivindicações que unificam a maioria nacional, apresentassem a via de um poder próprio, o governo operário e camponês, ditadura do proletariado. Que rechaçassem a estratégia de reconstituição de um novo governo burguês. E evidenciassem que a derrubada das reformas antinacional e antipopular dependia de um poderoso movimento revolucionário, distinto do movimento corporativista e colaboracionista da burocracia.

A vanguarda, para continuar combatendo a implantação da reforma trabalhista e a aprovação da reforma da Previdência, está obrigada a fazer esse balanço, reconhecer os erros e corrigir os rumos da luta. Temos pela frente grandes enfrentamentos. A aplicação da reforma trabalhista não será pacífica. De fato, a nova lei regulamenta juridicamente o que o patronato já vem fazendo na prática, e permite novas ações contra a força de trabalho. A greve de 28 de abril e as inúmeras manifestações contra a reforma são uma conquista dos explorados. Conquista política diante da burguesia e da própria burocracia sindical, que teme a luta de classes.

A greve geral de abril representou um transbordamento das massas em relação às bitolas montadas pelos sindicatos e centrais estatizados. É nessa conquista que a vanguarda deve apoiar-se, e ir preparando o caminho para choques mais contundentes entre o proletariado e o Estado burguês. Já tínhamos levantado a bandeira da revogação da Lei da Terceirização e da reforma do ensino médio. Agora, levantamos a da revogação da reforma trabalhista. Orientamos nossos esforços para derrotar a reforma da Previdência. Explícamos exaustivamente para os explorados que é preciso alcançar a greve geral por tempo indeterminado. Que é preciso capacitar nosso movimento para ocupar as fábricas, demais locais de trabalho e as terras dos latifundiários. Que é preciso lutar para derrubada da burguesia do poder e constituição de um governo operário e camponês. Que é preciso travar o combate pelo programa revolucionário de expropriação da grande propriedade dos meios de produção e estatização sem indenização do capital financeiro. Que é preciso acabar com a dívida pública que sangra o país. Que é preciso emancipar o Brasil do domínio imperialista. E que para isso temos de unir os operários, camponeses, classe média urbana arruinada e a juventude, em uma poderosa frente única anti-imperialista.

Bolsonaro e capitalistas vão mais fundo na reforma trabalhista

Mais dois golpes sobre os trabalhadores

O Congresso Nacional apressou em colocar em votação Medida Provisória (MP) de Bolsonaro, que flexibiliza ainda mais os limitados direitos trabalhistas.

A aprovação da MP 1109/22 objetivou transformar em lei as relações trabalhistas adotadas em situação de “calamidade pública”. Por meio dessa lei, união, estados e municípios podem alterar as relações trabalhistas, como no caso de alagamentos por chuvas ou outro motivo, considerado pelos governantes como grave.

O objetivo é o de proteger os capitalistas e penalizar os trabalhadores. Entre as medidas estão: 1) férias coletivas compulsórias, banco de horas, teletrabalho, e suspensão do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Legaliza as medidas adotadas durante a Pandemia, como a suspensão dos contratos de trabalho, redução da jornada com redução dos salários. Portanto, mais uma derrota sem luta da classe operária e demais trabalhadores.

Os discursos dos partidos oposicionistas se limitaram a criticar um ou outro aspecto da MP. Chamou a atenção o discurso da parlamentar do PSOL, Sâmia Bomfim, que condenou a MP porque as medidas que agora passam a ser Lei foram específicas para o momento da Pandemia, e “*eram medidas para salvar os trabalhadores e as empresas do ramo produtivo que empregavam muitas pessoas que corriam o risco de ser demitidas*”. Que vergonha, Sâmia! Esse argumento da deputada foi o mesmo de Bolsonaro e capitalistas para descarregar a crise sobre os trabalhadores. As demissões não foram contidas, ao contrário, basta ver a elevação das taxas de desemprego nos dois anos de Pandemia.

O Congresso Nacional aprovou, também, Medidas Provisórias, que impõem regras mais duras à modalidade do teletrabalho, excrescências da reforma trabalhista, e modifica os critérios do auxílio-alimentação.

Em relação ao teletrabalho, não há previsão de jornada diária, de pagamento de horas-extras, adicional noturno. O trabalhador, que inclui também os aprendizes e estagiários, ficam à mercê dos empregadores, portanto, submetidos aos acordos individuais (patrão e empregado).

Deputados de oposição criticaram a MP por instituir a semiescravidão, por colocar nas mãos do empregador os cri-

térios do teletrabalho, etc. Mas, não passaram de palavras ao vento, porque nada foi feito para que houvesse uma resistência coletiva dessa massa de trabalhadores submetida a essa brutal exploração.

A MP também impõe os critérios para o uso do vale-refeição. Sob pressão das empresas de voucher, bares e restaurantes, Bolsonaro e deputados aprovaram que o auxílio-alimentação deve ser para o pagamento de refeição em restaurantes e compra de alimentos no comércio. O relator do projeto, Paulinho da Força, pretendia que o auxílio-alimentação fosse em dinheiro, mas precisou acatar parte do pleito dos comerciantes. Aprovou-se que, no caso de não ser utilizado para pagar bares e restaurantes no prazo de dois meses, o trabalhador por sacar o dinheiro.

Já se havia tornado prática comum, em função dos míseros salários, o trabalhador usar o valor do auxílio-refeição para outras despesas da casa, como o pagamento de contas. A MP, assim, atende uma exigência de um setor de capitalistas.

Chamou a atenção, o fato de o deputado Paulinho da Força Sindical ser o relator da MP, do partido Solidariedade. Lembremos que Paulinho esteve negociando com Temer pontos da reforma trabalhista, antes de sua aprovação, em julho de 2017. Pontos esses ligados à manutenção do imposto sindical e das negociações coletivas entre patrão e sindicatos. Não se colocou, assim, abertamente contra a reforma trabalhista, e individualmente votou contra a reforma, embora seu partido tenha engrossado o voto pelo SIM. Agora, diante do teletrabalho e do trabalho híbrido (MP), novamente retoma apenas o ponto da negociação entre empresa e sindicato. Mas conseguiu o que pretendiam os sindicalistas, que foi a devolução do montante do imposto sindical que ficou represado após a aprovação da reforma trabalhista.

As direções sindicais, empenhadas no eleitoralismo, deixam o governo e Congresso Nacional de mãos livres para aprofundar a terrível reforma trabalhista. A classe operária e os demais trabalhadores devem rejeitar essa conduta colaboracionista das direções sindicais, e se colocarem por erguer direções classistas e revolucionárias, único caminho para retomar o verdadeiro papel dos sindicatos, como instrumento da luta de classes.

R\$ 15

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



Lições da
Comuna de Paris

Março / Maio de 1871

LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

POR

Marxismo

Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial

CSN: operários rechaçam burocracia sindical e elegem nova direção para o Sindicato dos Metalúrgicos

A tarefa inicial: organizar-se como direção classista e revolucionária

Em eleição do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense (Volta Redonda e região), nos dias 26 a 28 de julho, os operários elegeram nova chapa para compor a direção. A Força Sindical foi derrotada pela chapa 02, composta por uma parte dos membros da Comissão dos Trabalhadores da CSN, e apoiada pela CTB e CSP-Conlutas. Dos 1.807 votos, 1.212 (67,1%) ficaram com a Chapa 2. A Chapa 1, apoiada pela Força Sindical, e a Chapa 3, apoiada pela CUT, tiveram 335 e 230 votos, respectivamente. Sem dúvida, o resultado da eleição é expressão da recente revolta da base dos metalúrgicos contra a empresa e contra a política pró-patronal da direção forcionista.

ignorou as reivindicações dos operários de base, e apresentou propostas rebaiçadas, que nem de longe atendia aos anseios dos trabalhadores. A direção do Sindicato dos Metalúrgicos (Força Sindical) passou a agir abertamente contra o movimento, e a defender a proposta da empresa. Nas três primeiras votações, a proposta da empresa foi derrotada por esmagadora maioria: 1) na primeira votação (08/04), foram 5.862 votos contra, 34 a favor e 6 brancos ou nulos; 2) na segunda votação (27/04), foram 6.396 votos pela rejeição, 262 pela aprovação, e 6 votos brancos ou nulos; 3) na terceira votação (27/05), que foi chamada pela CSN de “proposta final”, foram 4.034

direção do sindicato, após quatro votações, e com uma ainda grande quantidade de votos contra, não significou um voto de confiança na direção do sindicato. A aprovação veio após a demissão da comissão que dirigia o movimento. Pelo contrário, sem verem saída, os operários aprovaram a proposta rebaiçada, para logo em seguida acertar contas com a direção pró-patronal do sindicato.

A chapa 02, cujo presidente é Edimar Leite (cipeiro), e o vice, Odair Silva, ambos membros da Comissão dos Trabalhadores, foi apoiada pelo restante dos membros da Comissão que ainda não foram reintegrados. Serviu de canal de expressão do descontentamento da base com a burocracia sindical.

A vitória da Chapa 02 tem enorme significado para o movimento operário. Porque é a demonstração de que os operários de base, quando se organizam coletivamente e formam as comissões de fábrica, são capazes de enfrentar os patrões e varrer as burocracias dos sindicatos, para retomá-los como instrumentos de luta.

A derrota da atual direção pró-patronal é apenas o primeiro passo. A luta deve continuar. É preciso manter em pé as reivindicações que defendem as condições de vida e trabalho dos metalúrgicos, que inclui o aumento salarial real, a redução de jornada sem redução de salários (a exemplo da bandeira histórica da categoria de turno de 6 horas), e o fim do banco de horas. A reintegração imediata da Comissão dos Trabalhadores junto aos demais trabalhadores, e o reconhecimento de sua legitimidade nas negociações com a empresa, é um passo fundamental para fortalecer a organização coletiva dos operários na CSN.

Para que a nova direção não se corrompa e se burocratize, é preciso que dê continuidade aos métodos de democracia operária e ação direta ressuscitados pelo recente movimento de greve dos operários de base, aprofundando a organização coletiva dos operários de base e constituindo as comissões de fábrica nas demais empresas. Esse é o primeiro pas-

A vitória da Chapa 02 tem enorme significado para o movimento operário. Porque é a demonstração de que os operários de base, quando se organizam coletivamente e formam as comissões de fábrica, são capazes de enfrentar os patrões e varrer as burocracias dos sindicatos, para retomá-los como instrumentos de luta.

A campanha salarial deste ano dos metalúrgicos da CSN foi marcada por uma explosão de insatisfação dos operários de base, que se levantaram desde baixo em paralisações e manifestações, e que encurralaram os burocratas sindicais.

No início de abril, influenciados pela greve iniciada pelos mineiros da CSN Mineração, e indignados pelos lucros exorbitantes anunciados pela empresa, os operários da CSN de Volta Redonda, a partir do setor de andaimes, iniciou o movimento grevista, contagiando os demais setores, à medida que se manifestavam no interior da fábrica. Os operários paralisados se reuniram na SOM (Superintendência de Oficinas Mecânicas), onde discutiram as reivindicações, elegeram a Comissão dos Trabalhadores (10 integrantes), e deliberaram a marcha até o sindicato, para apresentar as reivindicações: 1) *Reposição salarial de 25%, mais aumento real*; 2) *PLR de 25% dos dividendos*; 3) *Fim do banco de horas e pagamento das horas extras*; 4) *Cartão alimentação de R\$ 800,00*; 5) *Plano de saúde nacional*.

A empresa, como era de se esperar,

votos pela rejeição da proposta, 2.385 votos favoráveis ao acordo, e 14 votos brancos ou nulos.

Nos dias 02 e 03 de junho, em assembleias dos operários da CSN Mineração (Minas Gerais), cujo sindicato é dirigido pela CSP-Conlutas, os trabalhadores aprovaram a “proposta final” rebaiçada da CSN (2.469 a favor e 1.740 contra), que incluía um reajuste miserável de 12% para quem ganha até 5 mil, e 10% acima desse valor. Somente após esse fato, os operários da CSN de Volta Redonda, vendo-se isolados, com uma direção sindical abertamente pró-patronal, e com a maioria da Comissão dos Trabalhadores demitida, não viram outra saída que aprovar a “proposta final” da empresa. No dia 15 de junho, em uma quarta votação, finalmente a “proposta final” da empresa foi aprovada por 4.077 votos a favor e 2.387 contra, e 17 nulos/brancos.

Retomar o histórico da campanha salarial dos operários da CSN é fundamental para compreender o resultado da eleição do sindicato. A aprovação da proposta da CSN, em conluio com a

so a ser dado, para desenvolver a política proletária de independência de classe. A experiência demonstra que a vanguarda classista tende a se burocratizar e a se adaptar às pressões dos capitalistas, caso não evolua para o programa da revolução proletária. Somente baseada nos fundamentos da luta de classes e dos objetivos socialistas de destruição do ca-

pitalismo, é possível à vanguarda que se ergueu na CSN desenvolver-se como direção não só da fábrica, mas voltada ao movimento operário em geral. Os operários mais avançados têm o dever de se colocar pela construção do partido operário revolucionário.

A luta que se desencadeou na CSN, na realidade, expressa uma tendên-

cia geral de revolta da classe operária contra as direções burocratizadas, corrompidas e praticantes da política de colaboração de classes. Nesse mesmo sentido, se coloca a tarefa de superar a crise de direção, reconquistando as organizações operárias e construindo o partido da revolução e do internacionalismo proletário.

Correios

Somente uma greve nacional poderá impor as reivindicações

O jogo sujo da ECT faz parte da política bolsonarista

Os trabalhadores dos Correios estão diante da intransigência da empresa estatal (ECT). Reivindicam a correção salarial de acordo com o INPC, aumento do tíquete refeição, de R\$ 41,95, para R\$ 50,00, mais R\$ 300,00 a ser incorporados ao salário bruto. No entanto, a estatal se recusa a corrigir os salários, não aceitam a elevação do valor do tíquete, e rejeitam R\$ 300,00 de incorporação aos salários. E se nega a manter as cláusulas sociais e outros benefícios que foram arrancados em 2020.

O militar bolsonarista, que preside a ECT, ao invés de atender às reivindicações, espalha lama e ameaças sobre os trabalhadores, a exemplo da suspensão dos benefícios contidos no Acordo Cole-

tivo. Isso quando a empresa estatal vem lucrando como nunca, à custa dos miseráveis salários, da retirada de inúmeras cláusulas do Acordo coletivo conquistadas, de jornadas de trabalho estafantes, do fechamento de agências e da crescente terceirização.

O que fazer? A denúncia é importante, mas precisa se transformar em ação concreta. A data-base foi 1º de agosto, e a ECT já respondeu: não concederá nada e está disposta a arrancar mais conquistas sociais. Qual a tarefa? Convocar urgentemente as assembleias dos trabalhadores dos Correios em todos os estados, e aprovar a greve nacional. Não há outro caminho. Ou a luta para impor as reivindicações, ou aceitar de cabeça baixa mais desgraça por parte da ECT.

Crise econômica amplia a desigualdade

Responder com o programa da classe operária

A ampliação da desigualdade salarial é própria do capitalismo em decomposição. Nos países semicoloniais, essa chaga tende ser cada vez mais profunda. No Brasil, há diferença salarial entre brancos e negros; entre homens e mulheres; e, fundamentalmente, entre a grande maioria dos trabalhadores e uma ultra minoria de "assalariados".

Dados apontaram que 52% dos trabalhadores recebem até dois salários mínimos (R\$2.424,00), sendo que 30% da força de trabalho ganham o salário mínimo (R\$ 1.212,00), enquanto menos de 100 executivos de grandes empresas paulistas têm salários mensais de mais de R\$ 1 milhão. A tendência é aprofundar a desigualdade salarial, que necessariamente é social.

Com a crise econômica e os dois anos de Pandemia, uma minoria ficou mais rica, enquanto a grande maioria se tornou mais

pobre. Diante dessa terrível situação, principalmente em épocas eleitorais, surgem fórmulas mágicas para diminuir esse fosso. Todas preservando a fonte do problema, que é a propriedade privada dos meios de produção. Falam em distribuição de renda, em criar mecanismos para que as empresas não pratiquem diferenças salariais acima de 10 salários, em valorização gradual do salário mínimo, e outras fórmulas da mesma natureza.

Somente com a elevação da consciência de classe dos explorados será possível rejeitar essas fórmulas reformistas, e defender o programa da classe operária de erradicação do desemprego, da fome e da miséria. Programa esse que parte das reivindicações vitais, do método da ação direta, e que tem como objetivo estratégico o fim da propriedade privada e a implantação da propriedade social.

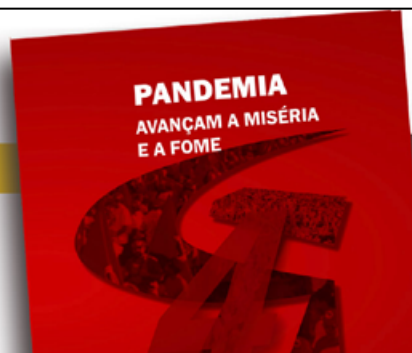
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Boletim Nossa Classe - agosto**Política Operária****Como lutar contra a miséria e a fome?**

Para responder a essa pergunta, é preciso saber as causas. Parece que não é difícil. Logo qualquer trabalhador dirá que o desemprego, o subemprego e os baixos salários são as causas. Mas o que é que provoca, por sua vez, esses males e tormentos às famílias, que as empurram para a miséria e a fome? Resposta: é a exploração capitalista do trabalho.

A descoberta dessa causa geral já não é tão fácil, como foi a primeira resposta. Os trabalhadores somente têm como sua propriedade a força física e a capacidade mental, que são vendidas aos capitalistas por um salário. Os patrões capitalistas obtêm o lucro, pagando um baixo salário, e exigindo uma grande produtividade. Eis por que a imensa maioria da classe operária é pobre ou miserável. Mas, ocorre que milhões não têm emprego e sobrevivem do trabalho informal, de bico, e assim passam fome.

Se a crise econômica fecha fábricas e destrói postos de trabalho, agrava-se ainda mais a situação de pobreza, miséria e fome. Somente de 2011 a 2020, foram fechadas 9,6 mil empresas, e mais de 1 milhão de postos de trabalho foram destruí-

dos. Hoje, 39,3 milhões vivem do trabalho informal. É nesse bolsão humano que prolifera a miséria e a fome.

Então, como lutar contra a miséria e a fome? O ponto de partida está em exigir que nossos sindicatos convoquem as assembleias em todo o país, para organizar uma campanha nacional pelos empregos, salários e direitos trabalhistas.

O Boletim Nossa Classe luta pela convocação das assembleias verdadeiramente democráticas, pela formação comissões de fábricas independentes dos patrões, pela constituição de comitês sindicais e populares, que unifiquem na luta de empregados e desempregados, e pela organização de uma campanha nacional pelos empregos, salários e direitos trabalhistas, e contra a miséria e a fome.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, em defesa de um programa próprio de reivindicações da classe operária e dos demais trabalhadores. E que o Dia Nacional de Luta sirva como um passo para preparar uma greve geral.

Quais são as principais reivindicações contra a miséria e a fome?

- 1) Redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários. Assim, milhões de postos de trabalho serão abertos. Faz parte dessa reivindicação a estabilidade no emprego. De forma que os patrões não possam demitir livremente;
- 2) Volta da contratação direta pelas empresas. Fim da terceirização. Efetivação imediata dos terceirizados. Nenhum trabalhador sem carteira profissional assinada;
- 3) Implantação do salário-mínimo vital, calculados de acordo com as necessidades reais da família operária. Reajuste automático de acordo com o aumento do custo de vida;
- 4) Por um aumento geral dos salários, que estão desvalorizados pela alta inflacionária e aumento dos preços da cesta-básica;
- 5) Revogação da reforma trabalhista de Temer e da reforma previdenciária de Bolsonaro.

O Boletim Nossa Classe chama os explorados a iniciarem a luta contra a miséria e a fome por esse programa próprio de reivindicações, que inclui a defesa da Moradia, da Saúde e da Educação a todos. Esse é o caminho da luta contra a exploração do trabalho.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a não confiarem nas disputas eleitorais e nas promessas dos candidatos de proteger os trabalhadores contra a miséria e a fome.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a confiarem em suas próprias forças, nas assembleias, nos comitês de luta, nas greves e mobilizações coletivas.

Metalúrgicos da Volks e Mercedes denunciam os acordos antioperários de flexibilização de jornada, salários e direitos

A Volkswagen está fazendo o que bem quer com a jornada de trabalho dos operários. A empresa agora está divulgando, todo mês, uma tabela, informando quais dias os trabalhadores ficarão em casa pelo acordo de redução da jornada e salários, quais dias ficarão de férias coletivas, de banco de horas e pelo chamado PPE, que é mais uma forma de flexibilização de jornada. Operários da Volks denunciaram também que, enquanto tem companheiros em casa com o salário reduzido, a fábrica chama outros para fazerem horas-extras. Os companheiros estão sendo chamados para pagar horas no sábado e fazendo horas-extras nos domingos.

Na Mercedes e outras empresas, existem esses mesmos acordos antioperários. Um companheiro da Mercedes também denunciou ao Nossa Classe que lá um setor folga sexta-feira, e outro folga segunda-feira. Que devem no banco de

horas, e a maioria dos companheiros já tem as férias até 2025 comprometidas.

Está nas mãos dos operários da Volks, Mercedes e demais empresas organizarem a luta no interior de cada fábrica, e se unirem em um só movimento, para rechaçarem os acordos de flexibilização que beneficiam os patrões. E, assim, organizarem a luta em defesa da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Defenderem a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente entre os trabalhadores empregados e desempregados, para colocar fim ao desemprego.

O Boletim Nossa Classe trabalha pela construção de grupos de oposição e comissão de fábrica de luta e classista em cada empresa, para expulsar os dirigentes sindicais traidores e resgatar o sindicato para a luta de classes.

Volkswagen de Taubaté anuncia Lay-off para 800 trabalhadores

O Sindicato Metalúrgico de Taubaté informou, no dia 5 de agosto, que a Volkswagen colocará cerca de 800 operários em Lay-off, de 2 a 5 meses, a partir de 1º de setembro. Segundo o sindicato, a Volks mais uma vez alega

falta de peças, principalmente semicondutores.

Companheiros da Volkswagen, devemos preparar a luta contra as demissões agora! É necessário exigir que o Sindicato de Taubaté, de São Bernardo e

demais unidades da Volks convoquem assembleia em todas as unidades, para aprovar o rechaço ao lay-off e defender a luta unificada dos Metalúrgicos em defesa da redução da jornada sem redução de salários.

Correios

Somente uma greve nacional poderá impor as reivindicações

Os trabalhadores dos Correios estão diante da intransigência da empresa estatal (ECT). Reivindicam a correção salarial de acordo com o INPC, aumento do tíquete refeição, de R\$ 41,95, para R\$ 50,00, mais R\$ 300,00, a serem incorporados ao salário bruto. No entanto, a estatal se recusa a corrigir os salários, não aceita a elevação do valor do tíquete, e rejeitam R\$ 300,00 de incorporação aos salários. E nega-se a manter as cláusulas sociais e outros benefícios que foram arrancados em 2020.

O militar bolsonarista, que preside a ECT, ao invés de atender às reivindicações, espalha lama e ameaças sobre os

trabalhadores, a exemplo da suspensão dos benefícios contidos no Acordo Coletivo.

O que fazer? A denúncia é importante, mas precisa transformar-se em ação concreta. A data-base foi 1º de agosto, e a ECT já respondeu: não concederá nada, e está disposta a arrancar mais conquistas sociais. Qual a tarefa?

O Boletim Nossa Classe defende a convocação urgente das assembleias dos trabalhadores dos Correios em todos os estados, e aprovação da greve nacional. Não há outro caminho. Ou se luta para impor as reivindicações, ou se aceita de cabeça baixa mais desgraça por parte da ECT.

Lutemos pela construção das oposições sindicais

Vários companheiros denunciam que a direção do sindicato não faz nada para organizar a luta e defender os trabalhadores dos ataques patronais. Essa denúncia é bem verdadeira. Mas, é preciso encontrar uma solução. A resposta está em construir a oposição sindical classista e de luta.

O Boletim Nossa Classe trabalha por organizar grupos de trabalhadores conscientes e dispostos a construir as oposições sindicais. Não se constituem verdadeiras oposições apenas em épocas de eleições sindicais. Trata-se de trabalhar diariamente pela organização dos companheiros mais avançados, conscientes e lutadores. Contribua com o Boletim Nossa Classe, participando da organização de oposições sindicais.

Pelo fim da guerra na Ucrânia

O Boletim Nossa Classe participa da campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui), divulgando e defendendo as seguintes bandeiras: fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos, revogação das sanções econômicas contra a Rússia; autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

Diante da provocação dos Estados Unidos à China, o Boletim Nossa Classe levantou a bandeira "Fora Nancy Pelosi de Taiwan!" O CERQUI denuncia os Estados Unidos como uma máquina de guerra que põe em perigo a humanidade.

Rio Grade do Norte

Boletim Nossa Classe – agosto

O Boletim trouxe três notas. A primeira é sobre a fábrica Guararapes. Denuncia o aumento da superexploração do trabalho e as demissões. Diz: "Não bastando impor o trabalho aos sábados e 1 hora a mais, e de realizar uma onda de demissões, agora a Guararapes está fazendo com que as costureiras sejam responsabilizadas individualmente sobre a qualidade das peças. Quando uma peça apresenta algum defeito, uma das costureiras do grupo é pressionada a assumir a culpa frente às

demais, e assinar um papel declarando ser a responsável pelo defeito. Quando se trata de um defeito na etiqueta, a costureira é obrigada a assinar uma advertência, e ainda prestar explicações para a gerência. Algumas costureiras se sentem obrigadas a começar trabalhar mais cedo e na hora do almoço para consertar as peças, com receio de ser chamada a atenção na frente das demais, e de ser responsabilizada pelo grupo por não obter os prêmios relacionados ao alcance das metas". Conclui mostrando que essa

brutal superexploração tem de ser respondida por meio da luta coletiva.

A outra nota denuncia que a fábrica está descontando dos miseráveis salários a "coparticipação do plano de saúde". Diz que, anteriormente, a empresa descontava uma parte e assumia o restante, mas agora descarrega inteiramente nos operários. O boletim Nossa Classe defende que não haja nenhum desconto salarial dos operários. O plano de saúde deve ser custeado

integralmente pela fábrica. Conclui, dizendo que a direção do sindicato (Sindconfeções/RN) não realiza as assembleias na porta da fábrica para organizar a luta contra os abusos patronais e em defesa dos direitos, por meio de paralisações, greves e manifestações. E chama os operários a constituir a comissão de fábrica, um instrumento para impulsionar a luta contra o patrão da Guararapes. Defende: Fim das metas

abusivas; contratação de mais trabalhadores; nenhuma demissão; readmissão imediata dos demitidos; estabilidade no emprego; nenhum desconto de participação; que o plano de saúde seja custeado integralmente pela Guararapes; nada de trabalho aos sábados; fim do banco de horas; por um piso salarial que cubra as reais necessidades de uma família operária; organizar a comissão de fábrica e uma oposição revolucionária

na categoria.

Duas outras notas gerais fazem parte do Boletim. Uma sobre os operários do ABC Paulista, que denunciam a fome, a exaustão e o adoecimento. E a outra sobre a vitória da chapa de oposição ao Sindicato Metalúrgico Fluminense, uma chapa que surgiu da luta pela reposição salarial contra a burocracia pró-patronal vinculada à Força Sindical, que há 16 anos dirigia o sindicato.

Rio Grande do Norte

Intervenção da Corrente Proletária se choca com a política da burocracia do sindicato dos terceirizados

No dia 1º de agosto, se encerrou o contrato com a empresa terceirizada SERVITE, responsável pelos serviços de limpeza da UFRN. Com isso, os 418 terceirizados foram demitidos, e uma parte recontratada pela nova empresa vencedora da licitação. Diante da rescisão do contrato trabalhista, muitos terceirizados questionavam o fato de não terem recebido aviso prévio, nem gozado suas férias, e sobre como ficaria o pagamento da multa de 40% sobre o valor do FGTS, e a parcela do 13º salário.

No dia 29 de julho, o SINDLIMP, sindicato que representa legalmente os terceirizados, chamou uma assembleia, para deliberar sobre a proposta da empresa SERVITE de rescisão do contrato. Na assembleia, escancarou-se a política de conciliação. Na fala do dirigente sindical, foram colocados os seguintes pontos: 1) a proposta da empresa é a de que os trabalhadores que forem recontratados pela nova empresa abram mão do aviso prévio, e recebam apenas multa de 20% sobre o FGTS (metade do valor), e parcelado em 6 vezes, e somente os que não quisessem ser recontratados é que receberiam a multa de 40% e o aviso prévio; 2) que a direção do sindicato estava lutando para que todos fossem recontratados pela nova empresa; 3) que o sindicato era “contra” a proposta da empresa, mas quem decidiria era a categoria; 4) que essa proposta da empresa era reflexo da Reforma Trabalhista, que permitiu a primazia do negociado sobre o legislado.

Em nenhum momento, o diretor do sindicato se referiu ao 13º e às férias. Além disso, a suposta posição de neutralidade era acompanhada de um discurso de amedrontamento e comodismo sobre a categoria, o que induzia a categoria a acatar a proposta da empresa. O burocrata anunciou que a empresa, após a “rejeição” do sindicato, havia feito uma segunda proposta, que se diferenciava da primeira apenas por diminuir o parcelamento da multa de 20% do FGTS, de 6 para 3 parcelas.

Na assembleia, apenas o burocrata sindical falava no microfone. Não abriu para os trabalhadores. Além disso, a presença em peso dos encarregados vigiando a assembleia inibia os terceirizados, por medo de retaliação. Era notória a insatisfação dos terceirizados durante a fala do burocrata. Num dado momento, um militante da CPE/POR (Corrente Proletária na Educação) pediu a palavra para prestar solidariedade ao movimento, que foi concedida pelo burocrata. Na fala, foram colocados os pontos: 1) solidariedade à luta dos terceirizados pelos seus direitos; 2) que

sem os trabalhadores da limpeza, a universidade não funciona; 3) que os trabalhadores não tinham de abrir mão de nenhum direito, inclusive as férias e 13º salário que sequer estavam sendo mencionados; 4) pela unidade entre efetivos e terceirizados; 5) que todo fim de contrato se repete essa mesma situação, por isso devemos lutar pelo fim das empresas terceirizadas, que todos sejam efetivados imediatamente; 6) o dinheiro para o pagamento dos terceirizados está com a UFRN, então por que a universidade não pode simplesmente repassar diretamente para os terceirizados?

Durante a fala do militante, os trabalhadores aplaudiram e apoiaram ativamente, como se fossem suas próprias palavras. O que gerou uma enorme pressão sobre o burocrata, e resultou na rejeição das duas propostas da empresa por unanimidade pelos trabalhadores.

Sob forte pressão da base, o burocrata tirou da manga uma terceira proposta, que seria a do SINDLIMP, a ser apresentada para a empresa. A proposta consistia em reivindicar o pagamento integral e imediato da multa de 40% do FGTS e “dos demais direitos”, apenas abdicando do aviso prévio. Na proposta, não ficou claro se seriam pagos as férias e o 13º. Os trabalhadores, já cansados de tanta enrolação, acabaram por aprovar por grande maioria a proposta do sindicato.

A experiência da assembleia dos terceirizados demonstra a enorme disposição de luta dos trabalhadores. Cabia à direção do sindicato ter encaminhado a luta, que se iniciaria com uma marcha em direção à reitoria, para exigir o pagamento imediato dos direitos e a manutenção dos empregos. No entanto, a direção do sindicato implementa a política de conciliação de classes, que implica submeter a luta às negociações de cúpula e à justiça burguesa, e abdicar de direitos históricos.

A intervenção da Corrente Proletária na Educação na assembleia expressou o estado de ânimo dos trabalhadores terceirizados, e derrubou a proposta da empresa. No entanto, a aprovação, logo em seguida, de uma nova proposta, feita pelo próprio sindicato, que apenas atenuava algumas perdas de direitos, demonstra a limitação que é a ausência de uma fração revolucionária no interior da categoria dos terceirizados, para fazer frente às manobras da direção, e impulsionar a luta dos trabalhadores pelas suas reivindicações, pelos métodos próprios da ação direta. ■

Boletim da Corrente Proletária na Educação (CPE) – docente

O Boletim abre com uma nota sobre as consequências dos cinco meses de guerra na Ucrânia. Destaca o agravamento da guerra comercial e as tendências ao aprofundamento dos conflitos militares e, em face disso, a importância da crise de direção revolucionária decorrente da degeneração estalinista, pois, os proletariados russo e ucraniano permanecem subordinados às políticas dos estados em luta e, particularmente, os operários ucranianos, submetidos à política imperialista a través do governo Zelenski. Aponta que as bandeiras defendidas pela CPE/POR e o CERQUI – a começar pela defesa do desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, incluindo a luta do proletariado contra o ingresso da Finlândia e Suécia na OTAN; a revogação das sanções econômicas à Rússia; pela autodeterminação e integridade territorial da Ucrânia, e retirada das tropas russas da Rússia – expressam os interesses do proletariado ucraniano e russo, assim como do proletariado mundial, que, no entanto, não conseguem encarná-los, devido à ausência do partido mundial da revolução. Conclui que, ao contrário do pacifismo pequeno-burguês, a CPE/POR defende que não há outra via e meio de responder à decomposição do capitalismo e da barbárie, a não ser com o programa da revolução e do internacionalismo proletário.

Na sequência, se analisa um aspecto das eleições gerais, e se faz a defesa da independência política e organizativa dos explorados, onde se aponta que a greve do funcionalismo foi só um blefe das direções. As categorias e seções sindicais que levaram o chamado a sério ficaram isoladas e expostas às retaliações do governo e reitorias. A falta de empenho na organização da greve se deveu ao eleitoralismo, que tomou conta das entidades. O Congresso do Sinasefe, realizado de 12 a 15 de maio, e a plenária da FASUBRA, realizada de 4 a 6 de junho, aprovaram o apoio a Lula. O ANDES-SN adotou a política do “Fora Bolsonaro”, e vive uma disputa interna pelo apoio aberto a Lula no primeiro turno ou a manutenção do apoio indireto a diferentes candidaturas das correntes de esquerda. Mesmo que a direção do ANDES-SN, por suas disputas internas, não tenha dado o passo final da declaração do apoio a Lula, não é de hoje que se tem embocado na frente ampla, em torno da estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”.

As imagens do levante popular no Siri Lanka mostram quais são os métodos necessários para derrubar um governo com a força das ruas. Por aqui, as centrais e sindicatos recusaram-se até mesmo a convocar um verdadeiro Dia Nacional de Lutas, com bloqueios e paralisações, por empregos, salários e direitos, e contra as privatizações, como passo para reagrupar as forças, e preparar uma greve geral. É urgente formar frações revolucionárias no seio do ANDES-SN, SINASEFE e FASUBRA, para trazer as entidades para o campo classista.

A nota sobre a “Resposta classista às ameaças de golpe por parte de Bolsonaro” constata que, diante da polarização eleitoral e da vantagem do Lula nas pesquisas, se têm avolumado as ameaças golpistas por parte do Bolsonaro. Denuncia-se a postura do TSE, de convidar a OEA para supervisionar as eleições, pois, este órgão imperialista não tem autoridade, devido aos diversos golpes de que participou ao longo da sua história. O PT defende que, para se proteger do golpe, o seu candidato teria de ser eleito no primeiro turno, e se movimentam no sentido de pressionar outros candidatos a desistirem de suas candidaturas para refor-

çar a do Lula. Isto evidentemente só enfraquece os explorados. A resposta classista ao golpismo só pode se dar com as massas exploradas em movimento. Para isso, as centrais e sindicatos precisam centralizar as lutas em torno de suas reivindicações mais sentidas. Defendemos a convocação de um Dia Nacional de Lutas, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas; pela derrubada das contrarreformas de Temer e Bolsonaro; pelo fim das privatizações, e reestatizações sob o controle operário da produção; e pela preparação da greve geral.

O Boletim analisa também as “novas formas de luta” ou “Jornada de lutas” (sem luta) e “atos” (simbólicos) que se têm tornado os “métodos de luta” oficiais no ANDES-SN. Com a adesão à política burguesa do isolamento social, desde março de 2020, suspenderam-se os grandes atos de rua, as manifestações coletivas das comunidades universitárias, os bloqueios e as ocupações, dentro e fora das universidades. No lugar, o que ocorreram foram atos de forma virtual e, posteriormente, híbridos. Em 2021, ocorreram as “jornadas de luta”, contra a PEC32. Impulsionada pelas entidades que compõem o FONASEFE. A campanha era de “pressão nos aeroportos de todo o Brasil” (especialmente no de Brasília), atos em frente ao Anexo II da Câmara, contato com os parlamentares pelas redes sociais, e até por meio de aplicativos, que foram criados com este objetivo, “auxiliando” o trabalho da base nesta “pressão”. Segundo dirigentes do ANDES-SN e de muitas de suas seções, estas ações produziram a “vitória” do movimento. Nada mais falso, quanto à aprovação desta PEC, como de outros projetos, que não tramitaram na Câmara ou no Senado nos últimos doze meses, quando as disputas interburguesas se acirraram, diante da crise econômica e das eleições gerais que se avizinham. Devemos rejeitar os métodos implantados a partir da política de isolamento social. Não há conquistas sem luta massiva dos trabalhadores e sem a adoção dos métodos da ação direta, que incluem as manifestações de rua, os bloqueios e as ocupações, as paralisações do trabalho e as greves.

A seguinte nota denuncia que a direção do SINASEFE afundou a greve, limitando-se a promover atos simbólicos com FONASEFE, isso depois de ao menos 12 seções aprovarem a greve. Em 28/06, a plenária nacional híbrida do Sinasefe aprovou a suspensão do movimento grevista. Com isso, a direção do Sindicato (PSOL/Resistência; PT) voltou a focar nos atos simbólicos de pressão parlamentar, junto ao FONASEFE. Esta suspensão favoreceu a pressão das Reitorias, que ameaçaram os grevistas com a Instrução Normativa 54, de corte de salário. A nota conclui que é urgente a retomada dos métodos presenciais de organização e luta dos servidores federais.

Também o 3º Encontro de Mulheres do Sinasefe é analisado no Boletim. De 18 e 21 de agosto, ocorrerá, em Fortaleza, o 3º Encontro de Mulheres do SINASEFE, com o tema: “Mulheres vão derrotar o fascismo: pela vida de todas as mulheres e em defesa dos serviços públicos”. O encontro faz parte do apoio do SINASEFE a Lula/Alckmin. Pela convocatória, já se vê que a opressão social, agravada nos últimos anos, será respondida com promessas eleitorais. As correntes de esquerda oculta que a raiz da opressão sobre a mulher está na propriedade privada dos meios de produção, na sociedade de classes, e na família como unidade econômica. Canalizam as massas para o terreno eleitoral, completamente controlado pela burguesia. A

nota finaliza com a defesa de que o 3º Encontro de Mulheres aprove a exigência de que o SINASEFE, demais sindicatos, movimentos sociais e centrais sindicais realizem um Dia Nacional de Lutas, com bloqueios e paralisações, por reajuste salarial, revogação das contrarreformas trabalhista e da Previdência; contra a Reforma Administrativa e contra EC 95, que serve para cortar verbas e destruir os serviços públicos.

Na sequência, o boletim questiona a “autonomia financeira da UERN” que na prática só beneficia a burocracia universitária. Entretanto, a direção da Aduern ludibriou a categoria, para aceitar a autonomia financeira, com a promessa de ganhos salariais, com a aprovação de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). Na realidade, atuou como agente do governo (Fátima Bezerra, PT e PCdoB) dentro da categoria, com o objetivo de desresponsabilizar o governo com o financiamento da UERN. A burocracia universitária recusou-se a resolver as “distorções” do PCCS, porque o orçamento da UERN, no momento, não possuía recursos para saná-los. Conclui, enfatizando que a verdadeira autonomia da universidade só pode ser alcançada sob o poder da comunidade, ou seja, quando está sob o controle de sua comunidade universitária.

A autonomia universitária só é possível através da soberania das assembleias universitárias com voto universal e maioria estudantil (poder estudantil).

Por último, se analisam os ataques da ADUFEPE à democracia sindical. A direção da seção sindical convocou uma assembleia híbrida permanente”, com votação de 6 a 8 de julho, para mudar seu regimento. O conteúdo é um ajuste do calendário das eleições sindicais. Mas, o método é um tijolo a mais no muro da burocratização da entidade. O método híbrido e plebiscitário, já foi adotado na criação da Adufepe Saúde, um plano privado. A forma virtual acentua a dissociação entre debate e ação, precariza a reflexão e favorece a dispersão e atomização da categoria, enquanto a burocracia se blinda e fortalece. Prepara-se, assim, o terreno para uma mudança que já vinha sendo tentada pela corrente que dirige a seção sindical, o PCdoB. Em 2020, antes da Pandemia, eles chegaram a publicar nos jornais a convocatória de uma assembleia para dissolver a Adufepe, e criar um sindicato desvinculado do ANDES-SN. Defendemos a urgência de reagrupar a oposição docente, convocar uma reunião ampla, fazer um balanço do último período, e traçar um plano comum de atuação em relação à Adufepe.

São Paulo

Boletim Juventude em Luta – agosto

O Boletim Juventude em Luta de agosto inicia com a defesa da luta independente dos estudantes. Coloca que a crise econômica e os ataques à Educação vêm afetando brutalmente a juventude proletária. Denuncia a direção da UBES, dirigida pelo PCdoB, por desviar o instinto de luta dos estudantes para o eleitoralismo. E por convocar o ato do dia do estudante sob a bandeira burguesa “Em defesa da democracia e por eleições livres”, o que compromete a organização independente e classista dos estudantes por suas reivindicações mais sentidas. A intervenção do POR no ato tem por objetivo lutar pela unidade operária e estudantil contra o governo de Bolsonaro, e em defesa de um programa próprio da maioria explorada.

Com a mesma linha, traz uma matéria respondendo à saída do presidente do INEP, Danilo Dupas. Mostra que essa mudança é um reflexo da queda do ex-Ministro da Educação, Milton Ribeiro, por conta do chamado “escândalo do MEC”, onde pastores tomavam as decisões sobre o MEC. Queda que implicou tão somente em uma prisão de poucos dias, e uma CPI prometida para depois das eleições, o que mostra o caráter de classe das instituições burguesas. O Boletim coloca que

as ações obscurantistas da chamada “ala ideológica” atacam a educação pública, e se contrapõem à organização política própria de estudantes e trabalhadores. E que somente com os tribunais populares é que se poderão julgar os crimes de classe da burguesia e seus agentes.

O Boletim traz ainda duas matérias que destacam o avanço da barbárie capitalista. Uma delas denuncia os casos de violência em diversas escolas. Outra, faz a denúncia da perseguição política sofrida pela professora Perla, que está sofrendo processo administrativo por ter apoiado a mobilização estudantil em 2014, em uma escola do Litoral Norte de São Paulo, transformada em PEI. Trata-se de um claro ataque aos professores lutadores, e também aos estudantes.

Por fim, traz a campanha do CERQUI contra a guerra na Ucrânia, mostrando o avanço das tendências bélicas do imperialismo estadunidense e defendendo: o desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas; contra a entrada da Finlândia e Suécia na OTAN; revogação das sanções econômicas à Rússia; em defesa da autodeterminação da Ucrânia e sua integralidade territorial; retirada das tropas russas da Ucrânia; e o fim do cerco militar à Rússia e China!

São Paulo

Municipais

PL 428 é aprovado em primeira votação na Câmara

A maioria dos vereadores de São Paulo aprovou, no dia 3/8, em primeira votação, o PL 428. Foram 32 votos, contra 14. O Projeto precisa ser referendado em segunda votação, prevista para acontecer entre os dias 9 e 10/8. Seu conteúdo engloba algumas questões, a exemplo da extinção de cargos, além do re-

ajuste proposto pelo governo para o funcionalismo municipal.

Vale lembrar que grande parte dos servidores está sendo remunerada a partir do regime de subsídio, enquanto a Educação segue excluída, por enquanto, deste ataque. Havia e ainda há uma preocupação quanto à possibilidade de o governo Nu-

nes (MDB) retomar essa discussão em breve. A substituição do regime de salários pelo de subsídios levará à perda de quinquênios, sexta-parte e outros direitos. O PL 428 não contém formalmente esse dispositivo, mas prepara o caminho para tal, dado que propõe um “aumento” para o piso (primeiras referências da carreira), através da aplicação de um índice de reajuste na forma de abono.

Na rede estadual, a imposição da “Nova Carreira”, com subsídios, também passou pela aprovação de um reajuste rebaixado do piso. Trata-se claramente de uma forma de dividir a categoria, colocando os que ingressaram mais recentemente e os contratados (iludidos com a promessa de “aumento”) contra os mais antigos, enquanto o governo solapa direitos, e vai nivelando por baixo os rendimentos do conjunto dos trabalhadores.

O PL 428 é um severo ataque aos servidores. A extinção de cargos é grave – é evidente a tendência de reforço da privatização e da terceirização. Propõe um reajuste miserável, bem abaixo da inflação do período (o que implica em redução salarial), e não contempla os aposentados e pensionistas. Também não há qualquer menção quanto à incorporação do reajuste integral aos salários. A migalha em forma de abono é um problema, por vários motivos, como o fato de não ser abarcado no valor da aposentadoria.

E qual têm sido o posicionamento e a atitude da direção do SINPEEM, que é o maior sindicato do funcionalismo municipal? Tem negado-se insistentemente a convocar as assembleias presenciais. Já estamos em agosto, e nem uma assembleia sequer foi chamada.

No discurso, diz ser contra o PL, mas, na medida em que não mobiliza a categoria, acaba colaborando com a sua aprovação. A negativa da direção sindical se transforma em uma correlação de forças favorável ao governo, que pode aprovar o que bem entender, já que possui maioria na Câmara.

A Corrente Proletária na Educação tem feito uma campanha sistemática, cobrando a convocação da assembleia presencial, para que a categoria decida coletivamente as reivindicações e os métodos de luta. Rechaçamos a atitude colaboracionista da direção do SINPEEM, que se nega a organizar a resistência nas ruas. Não será por meios das negocia-

ções de bastidores que conquistaremos o reajuste necessário aos servidores, nem defenderemos a categoria diante da ameaça dos subsídios. Pela convocação urgente de uma assembleia presencial da categoria! Abaixo o PL 428! Nenhuma perda salarial! Nenhum cargo extinto! Não ao regime de subsídios! Que o piso salarial da categoria corresponda, pelo menos, ao salário mínimo do DIEESE, hoje em R\$ 6.527,67! Nada de excluir os aposentados e pensionistas! Pelo fim da privatização e da terceirização! Em defesa de um sistema único de ensino, laico, gratuito, para todos e em todos os níveis, sob o controle de quem estuda e trabalha! ■

Rondônia

Prefeito de Porto Velho faz promessas aos professores de atualização do piso na carreira

Desde o início de 2022, o prefeito de Porto Velho relutou em não atualizar o piso do magistério dos professores municipais, embromou a categoria o quanto quis. Os burocratas de três sindicatos, que representam a categoria, com o argumento de esgotar as negociações, acabaram quebrando a disposição de luta.

Em maio, o prefeito concedeu 10%, e complementou com o restante os 33,24%, como se todos os professores estivessem em início de carreira. Isso gerou descontentamento na base.

Os técnicos da educação aprovaram a greve, mas os burocratas tudo fizeram para que os professores não entrassem também em greve. A Justiça aproveitou para condenar a greve e descontar os dias parados.

A Corrente Proletária na Educação tem feito uma insistente campanha, para que o Sintero convoque uma assembleia conjunta de professores e técnicos, para fazer uma avaliação da política nefasta, levada a cabo pelas direções sindicais. E aprove a retomada da luta pela reposição das perdas salariais, por melhores condições de trabalho e ensino. Uma assembleia, amplamente convocada nas escolas, que seja massiva. Para isso, é fundamental que a vanguarda classista participe das reuniões da Corrente Proletária, no sentido de constituir uma verdadeira oposição contra a burocratização dos sindicatos e a política de conciliação de classes das direções. ■

São Paulo – ABC

POR realizou mais um estudo coletivo sobre a guerra e educação

O POR, no dia 31 de julho, realizou mais um estudo acerca das posições do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) sobre a situação da guerra na Ucrânia. Fez parte desse estudo, a discussão sobre o desmonte da educação pública.

O estudo foi dividido em duas partes: 1) discussão da Declaração do CERQUI “Cinco meses de guerra”; 2) os ataques à educação pública. As considerações acerca da guerra estiveram vinculadas à explicação das bandeiras de fim da guerra, da campanha do CERQUI. E a explicação de que somente a classe operária e os demais explorados poderão erguer uma solução progressiva para a guerra. Alguns companheiros levantaram a paralisia das direções sindicais e das correntes de esquerda diante da guerra,

naturalizando, assim, mais essa escalada militar dos Estados Unidos e da OTAN. E as consequências que a guerra têm trazido para os explorados do mundo todo, como o aumento da fome e da miséria. O segundo ponto se concentrou no problema das Escolas de Tempo Integral (PEI), ressaltando o avanço em São Bernardo e Ribeirão Pires. O que tem causado o fechamento do período noturno e expulsão do aluno-trabalhador. Também foram discutidos os novos ataques do governo, por meio da imposição do “Plano de Carreira”, e a política de subsídios e não salários. E a política direção sindical, de não organizar uma resistência estadual, limitando-se aos protestos por escola, o que impede quebrar a ofensiva do governo.

O estudo coletivo concluiu mostrando a importância de fortalecer o Partido Operário Revolucionário, por expressar o programa do proletariado.

Transcrevemos abaixo a consideração de um simpatizante que participou do estudo

“A discussão a respeito da guerra na UCRÂNIA, realizada no domingo, 31 de julho, foi muito proveitosa, no sentido de que foi possível debater o tema com boa participação dos presentes. Todos tiveram a palavra

quando solicitada, e de forma organizada. Os tempos estipulados foram respeitados. Creio que, além do conteúdo em si, foi um bom exercício de construção do diálogo, do pensamento marxista, da aplicação da teoria à prática cotidiana.

A reunião foi muito agradável, transcorreu em um clima de camaradagem, no sentido mais radical do termo. Eu, pessoalmente, os pontos que mais me agradam em relação ao POR, são a disciplina, a organização, e o rigor programático. Coisas que são transmitidas durante o curso.”

São Paulo - Mauá

Luta dos funcionários terceirizados

Depois de meses de luta para obter os direitos trabalhistas não pagos pela empresa Destak, centenas de funcionários terceirizados das escolas estaduais de Mauá conseguiram marcar uma reunião com o sindicato Siemaco, entidade ligada a Força Sindical, e que representa os terceirizados. A reunião ocorreu no dia 2 de agosto. Foi aprovada uma pauta de reivindicações, que será entregue e debatida com os representantes da empresa Destak. Os principais pontos são: 1) pagamento do vale-alimentação para quem trabalha por

4 horas; 2) aumento de funcionários por escola; 3) fim do assédio moral nos locais de trabalho; 4) acordos de direção de escola com supervisão de funcionários. Foi discutido também que a direção organize uma campanha salarial dos terceirizados, e que a Destak indenize os funcionários que trabalharam nas escolas públicas do ABC e região.

Nessa reunião, ficou clara a necessidade dos funcionários terceirizados se engajarem na organização sindical e a importância de compreender o significado

nefasto da reforma trabalhista, que avançou a terceirização para todos os setores e funções. Portanto, a importância de combater a terceirização, exigindo a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados.

A Corrente Proletária vem organizando o movimento dos terceirizados no ABC. Tem combatido o corporativismo instalado nas escolas, expresso na diferenciação entre efetivos, contratados e terceirizados. Tem defendido a unidade para combater a exploração do trabalho, por meio dos métodos próprios dos explorados. ■

São Paulo – Francisco Morato / Denúncias de alimentos estragados

Pôr em pé os comitês de bairros para responder aos problemas da população pobre

A situação dos moradores dos bairros de Francisco Morato é cada vez pior. Além do desemprego e da informalidade, que têm trazido fome e miséria, moradores denunciam a cesta básica que recebem da assistência social com poucos alimentos, que não dá para manter a família durante

o mês, e contendo produtos estragados.

A ausência de um comitê de luta para organizar os moradores faz com que várias denúncias não se transformem em protestos, como esse que acabamos de relatar. A Corrente Proletária vem propondo junto às direções locais a constituição dos

comitês nos bairros. No entanto, a maioria dessas direções só tem olhos e ouvidos para as eleições de outubro. Apesar desse obstáculo, é tarefa dos trabalhadores com consciência de classe defender as reivindicações e a organização independente dos explorados. ■

São Paulo – Litoral Norte

Ato dos moradores da Costa Sul de São Sebastião contra as demolições da prefeitura

Os moradores da Costa Sul de São Sebastião há anos convivem com as demolições feitas pela prefeitura. Essa é uma região do município em que existem as casas dos milionários do lado das praias e, do outro lado, na encosta da Serra do Mar, estão os barracos e casebres dos moradores, que enfrentam as enchentes e deslizamentos em períodos de chuva, e as demolições por parte da prefeitura, para uso da especulação imobiliária.

Diante da decisão do prefeito, Felipe Augusto, de demolição de mais de 300 casas, os moradores realizaram um ato em frente à prefeitura. A Corrente Proletária, por meio do Fórum de Sindicatos e Movimentos Sociais do Litoral Norte, com a ajuda dos Sindepetro, do Sindserv de São Sebastião, divulgou um Manifesto, exigindo o fim das demolições e a construção de casas dignas para os moradores das encostas, bem como a regulamentação fundiária prometida pelo prefeito em campanha eleitoral.

Os representantes do prefeito, rapidamente, tentaram cha-

mar uma comissão para falar com a Secretaria da Habitação. Uma assembleia foi organizada no local, para decidir coletivamente o que deveria ser feito. Evitar, assim, a divisão do movimento. A decisão foi a exigência da presença do prefeito. Sem arredar o pé, os moradores diziam: “*Felipe Augusto, demolidor, eu vim aqui só pra te ver*”. Depois de muita denúncia, o prefeito com ares de arrogância se dirigiu aos moradores, que o viajavam. Mesmo assim, pegou o microfone e começou intimidar, pedindo nome e RG. Diante da truculência, os moradores decidiram encerrar a conversa com o prefeito. E se dirigiram para a Câmara de Vereadores, onde o ato foi encerrado.

Os moradores têm pela frente a árdua tarefa de ampliar o movimento, e continuar os protestos contra o prefeito, que está a serviço da especulação imobiliária. A Corrente Proletária e as demais direções sindicais têm também a tarefa de fortalecer e unificar essa luta, que não se limita aos moradores da Costa Sul.

O Partido Operário Revolucionário chama as centrais, sindicatos e movimentos, bem como correntes políticas, a apoiarem a luta contra a perseguição política, que se tem realizado nas escolas públicas. Desta vez, a arbitrariedade recai sobre a professora Perla Camila de Melo Martins.

Abaixo publicamos a moção, que explica o sentido da perseguição política que vem sofrendo a professora.

Em defesa do direito de manifestação, expressão e organização político-sindical.

Todo apoio à campanha contra mais essa perseguição!

Moção de apoio.

Nós, da Corrente Proletária na Educação, vimos por este denunciar a perseguição aberta à companheira professora Perla Camila de Melo Martins, que terá de responder a medida administrativa com vias de demissão, devido à mobilização dos alunos na escola E.E. Dr. Eduardo Correia, em 2014. Nesse ano, a professora estava trabalhando nessa escola, que se transformou em PEI (Programa de Ensino Integral). Os alunos, diante de promessas não cumpridas pelo próprio programa, fizeram uma mobilização interna, e tiveram o apoio da professora.

Muitas promessas foram feitas na transição ao programa, tais como a colocação de lousas digitais, armários e laboratórios. Foram adequadas salas para o laboratório, mas não tinham os equipamentos para os experimentos. Foram feitas reformas no banheiro e vestiário, mas estes não contavam com chuveiros. Não vieram os armários para os alunos, nem as lousas digitais. Os primeiros inconvenientes que os alunos encontraram foram referentes à merenda. Logo no primeiro dia, faltou alimentação, e, nas semanas que se seguiram, a situação foi parcialmente resolvida, pois, o grupo de alimentos ofertados continuou repetido e insuficiente. Falta o elementar nas escolas regulares; numa escola de tempo integral, essa questão se reflete mais diretamente.

A professora citada foi penalizada na época, sendo desligada da escola (do programa) por apoiar os alunos que fizeram um dia de paralisação dentro da escola, não subindo para as salas de aula após o almoço. Um processo de averiguação foi aberto pelo Diretoria de Ensino, para apuração dos fatos. Com o desligamento da professora do programa, em junho de 2014, aparentemente o processo de averiguação tinha sido engavetado, porém, foi reinstaurado em 2019, levado a julgamento como de natureza grave, com pena de demissão.

A professora é acusada de liderar um grupo negativamente, de incentivar alunos a atos vandálicos, de assediar pais, alunos e professores. Tais acusações são falsas. Negam o direito de reivindicação dos alunos, denominado hoje de “protagonismo juvenil”; negam a liberdade de cátedra do professor, de debater as dificuldades enfrentadas no chão da escola. Os alunos decidiram pela organização de um movimento com paralisação e um boletim informativo, não veio da professora. A mesma, à época, era coordenadora do grêmio estudantil, entendeu a ação dos alunos como legítima, não encabeçou o ato, porém, também não os desorientou, colocando aos mesmos a necessidade de se organizarem para reivindicarem o que havia sido prometido; dessa organização, surgiu então um dia de mobilização dentro da escola, e um boletim que sequer foi distribuído, dada a pressão que os alunos sofreram da gestão e de professores por terem feito a mobilização de um dia.

Para os professores, alunos e gestores informantes, contrários a ação dos alunos lutadores, toda a situação foi orquestrada pela professora, discriminam a capacidade dos alunos. Essa parcela de professores e alunos queriam ocultar os problemas. Muitos deles já não permaneceram no programa da escola de tempo integral no ano seguinte, uma parte foi desligada do programa, por terem sido mal avaliados, incluindo a diretora, que deixou de compor o programa em fevereiro de 2015, mediante o resultado das avaliações.

Após as reivindicações dos alunos, o governo cumpriu com a colocação de armários, agilizou a instalação para as lousas digitais. A ação trouxe melhorias para a escola, nada significativo dentro do quadro das necessidades prementes, mas mostrou que os alunos estavam no caminho certo, de exigir as promessas do próprio programa, não foram adiante mediante a pressão que sofreram.

A professora é acusada por descumprir pontos do Estatuto do Funcionário Público (LEI Nº 10.261, DE 28 DE OUTUBRO DE 1968), os artigos indicados mais amordaçam e incriminam a professora do que faz jus aos fatos. A professora não estava entretendo os alunos com atividades estranhas, inclusive o PEI prevê assistência direta aos alunos, tais como trabalho de orientação do grêmio e de tutoria, o que leva ao contato direto entre professor e aluno; estava em pleno desenvolvimento do trabalho exigido, não descumprindo as obrigações a ela proposta, fazia seu trabalho com zelo e empenho, teve a maioria de votos para ser a tutora dos alunos; cooperava e tinha o espírito de colaboração com a equipe; o desligamento da professora na escola foi visto com pesar pelo conjunto de alunos e de uma parcela de professores.

A medida administrativa na qual enquadram a professora é para avançar com os planos do governo, de tirar a estabilidade dos professores efetivos. Com o novo plano de carreira, professores que trabalham em defesa da Educação, e que não farão adesão ao programa, serão ameaçados dessa forma, com demissões impostas, por situações passadas que não condizem com a realidade, falsificadas, para ludibriar o conjunto da categoria, e penalizar professores.

Diante dos fatos expostos, pedimos o apoio das instituições sindicais, dos grupos de defesa da Educação, dos fóruns de luta.

Exigimos que a APEOESP convoque uma plenária com todos os perseguidos, para tratar de maneira coletiva o problema sobre as perseguições aos professores efetivos e contratados.

Que a APEOESP coloque todo seu aparato em defesa destes professores.

Repudiamos a ação autoritária do governo em conjunto com a PGE, e pedimos o máximo apoio dos organismos de luta.

Realizada escola de Quadros do POR no Nordeste

Entre os dias 23 e 24/07, em Fortaleza, foi realizada a Escola de Quadros do POR no Nordeste. A atividade contou com a presença de militantes, amigos e simpatizantes do partido do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba.

A realização da Escola de Quadros tem ocorrido regularmente na região. Sua importância está em que permite avançar a formação de militantes e simpatizantes (especialmente da juventude) nas ideias e nos métodos do marxismo-leninismo-trotskismo.

A Escola de Quadros debateu três temas: 1) o socialismo e a guerra (com base no texto de Lênin); 2) o processo de restauração capitalista na Rússia (que teve por base extratos de Lora e Trotsky); 3) a situação nacional e as eleições (que tomou por base artigos do Massas).

A discussão foi organizada em grupos, seguida de debates no plenário.

No primeiro tema, foi discutido o caráter de classe das guerras e os conceitos de guerra defensiva e ofensiva, assim como das guerras progressistas, de libertação nacional, e reacionárias ou contrarrevolucionárias. A escola de quadros também debateu a campanha do POR contra a guerra na Ucrânia, destacando a posição do imperialismo norte-americano/europeu, que avança em seu cerco militar à Rússia (através da OTAN e subordinação da UE), usando para tanto a Ucrânia como bucha de canhão do conflito, e a posição russa de responder com a ocupação militar e exercendo a opressão nacional na região. Destacou-se que a ofensiva imperialista e as tendências bélicas, que se projetam, resultam da crise mundial capitalista, da necessidade do capital financeiro controlar as fontes de matérias-primas, e submeter a Rússia como semicolônia. Finalizou destacando a necessidade da classe operária europeia e internacional responderem à guerra com um programa próprio, expresso nas bandeiras desenvolvidas pelo CERQUI.

No segundo tema, discutiu-se sobre o processo de restauração capitalista na Rússia, destacando o acerto da previsão de Trotsky de que, sem a revolução política, a URSS desmoronaria inevitavelmente.

O estudo destacou igualmente que a burocracia russa (não sendo derrubada pelo proletariado, nem por um partido burguês contrarrevolucionário) se transformaria em uma nova classe possuidora na medida em que, ela própria, se tornava um órgão do imperialismo para desmontar Estado Operário (fim da economia planificada, privatizações etc.). O aparecimento de uma oligarquia burguesa, surgida do ventre da própria burocracia, atesta essa transformação prevista por Trotsky.

No terceiro tema, tratou-se de explicar que as eleições correspondem à democracia burguesa, que esta é a forma como se expressa a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida, e que a libertação dos explorados, portanto, só poderá ocorrer pela via revolução social. Foi destacada a situação de esgotamento do governo Bolsonaro e a necessidade que a burguesia tem de recorrer a um novo governo de conciliação de classe. O debate também chamou a atenção para o fato das direções do movimento operário e popular se subordinarem à política de conciliação com a burguesia, arrastando as massas por trás da candidatura Lula/Alckmin, e sabotando qualquer ação independente do proletariado. Finalizou-se explicando que é preciso contrapor à conciliação de classe com bandeira de que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas em defesa das reivindicações que correspondam à defesa vida das massas.

A atividade foi disciplinada, com os participantes dedicando-se a compreender os conceitos fundamentais do marxismo em cada tema, e a explicar os problemas políticos colocados pela realidade. O bom nível de assimilação das ideias revolucionárias, a exposição clara dos fundamentos da luta de classe em todas as importantes questões levantadas, e por fim, o nível mais elevado do debate permitem concluir que o POR no Nordeste tem avançado na formação dos quadros. A escola de Quadros finalizou com a leitura do manifesto dos 33 anos de fundação do POR.

XIV Escola de Quadros do Litoral Norte – SP

Nos dias 23 e 24 de julho de 2022, na cidade de Caraguatatuba – SP, o POR (Partido Operário Revolucionário) realizou a sua XIV Escola de Quadros. Durante dois dias, militantes e simpatizantes se concentraram e debateram escritos de Lênin, Trotsky e Guillermo Lora.

A atividade esteve voltada para dois importantes temas sendo que, no primeiro dia, os presentes discutiram sobre a burocracia instaurada na Rússia após a revolução de Outubro. Para isso, foram utilizados como material de estudo textos de A Revolução Traída, de Trotsky, e A Contrarrevolucionária Perestroika, escrita pelo revolucionário boliviano Guillermo Lora. Já no segundo dia da escola de quadros, foi discutido sobre a guerra na época imperialista, dentro da concepção leninista.

Os presentes apontaram para a necessidade da caracterização econômica e política da Rússia dos anos 1930, e suas conquistas depois da derrubada do czarismo. A nova Rússia que havia a pouco moldado um regime político com a constituição de um Estado operário ainda não tinha as reais condições para ser de fato caracterizada como uma sociedade socialista, mas que se encontrava numa transição para tal, segundo Trotsky *“O capitalismo preparou as condições e as forças para a revolução social: a técnica, a ciência o proletariado. A sociedade comunista não pode, no entanto, suceder imediatamente à sociedade burguesa: a herança material e cultural do passado é insuficiente. A princípio, o Estado operário não pode ainda permitir a cada um trabalhar ‘segundo as suas capacidades’, o que significa fazer, o que quiser e puder, nem recompensar cada um segundo as suas necessidades’, independente do trabalho fornecido. O interesse do crescimento das forças produtivas obriga a recorrer às habituais normas do salário, isto é, à repartição de bens segundo a quantidade do trabalho individual. Marx chamava a esta primeira etapa da nova sociedade de ‘estágio inferior do comunismo.’”*

Outro ponto discutido, no primeiro dia, foi sobre a diferença de propriedade estatal e social. Os revolucionários entendem que a propriedade, para se tornar social, precisa inevitavelmente, “inelutavelmente”, passar pela estatização, mas que esse processo pode ser interrompido. Para os trotskistas, a propriedade estatal só pode ser de todo o povo, ou seja, social, na medida em que desaparecessem os privilégios e as distinções sociais e consequentemente o Estado. No entanto, a história mostrou que a Rússia, da revolução bolchevique, se converteu em um Estado operário dirigido pelas revisões e posições burocráticas do estalinismo.

Leon Trotsky, já nas décadas de 1920 e 1930, estava atento à possibilidade da burocracia atuar como uma força para a restauração capitalista; por isso, formulou o programa da revolução política, na qual ele apresenta a necessidade de as massas se levantarem contra essa burocracia que expropriou politicamente os soviets, operários e camponeses de toda a Rússia.

No segundo dia de discussão, as concepções de Lênin sobre o tema da guerra abriram o debate para o programa militar da revolução proletária. Foi debatido um escrito de Lênin, publicado em 1916, em resposta ao Jugend-Internacional (órgão da liga internacional das organizações socialistas da juventude), sobre a campanha de substituição de um dos pontos do programa da social-democracia: “milícia” ou “armamento” do povo, por um novo desarmamento.

Lênin mostrava o perigo de tal defesa dos partidários do desarmamento, indicando que os socialistas não devem ser contra “toda e qualquer guerra”. A discussão se embasou no sentido de que existe uma diferença gritante entre as guerras promovidas pelos países imperialistas e a luta insurrecional feita pelas massas contra o Estado burguês. Os presentes chegaram à compreensão da diferença entre violência reacionária e a revolucionária.

Nesta edição:

- **CERQUI:** *Declaração* - Estados Unidos, uma ameaça à humanidade.
- **Ucrânia:** Apresentação do folheto que reúne as Declarações do CERQUI.
- **CERQUI:** *Argentina* - Decretar imediatamente uma greve geral ativa... / *Argentina* - Massa é o melhor representante do FMI e do grande capital. / *Bolívia* - Condição para a efetivação da independência política nos sindicatos proletários
- **Trotsky:** *82 anos do assassinato de Trotsky* - Memória eterna a Leon Trotsky! / *Trotsky* - "Pode a democracia parlamentar substituir os Sovietes?"
- **Lênin:** "Resposta às perguntas de um jornalista norte-americano".



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Declaração do CERQUI - Taiwan****3 de agosto de 2022**

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Estados Unidos, uma ameaça à humanidade

Presença impositiva de Nancy Pelosi, um ato arrogante e de aberta provocação, indica os perigos de uma guerra do imperialismo norte-americano com a China.

É imprescindível que as organizações operárias e dos demais trabalhadores condenem a violação da soberania da China, e combatam a ofensiva militarista dos Estados Unidos e de seus aliados na OTAN.

Uma sequência de recentes acontecimentos alerta para os perigos de a guerra na Ucrânia ultrapassar seus limites, e precipitar o desenvolvimento de choques que podem colocar a humanidade à borda de uma Terceira Guerra Mundial. Não se trata de alarmismo, mas de indicações que surgem da política norte-americana de confronto com a Rússia e a China.

São eles: 1. Cúpula de Madri da OTAN; 2) Reunião de Biden com a monarquia saudita para fortalecer os laços militares; 3) Encontro da Rússia e Turquia com o Irã, para fazer frente ao agravamento da guerra na Ucrânia. Dentre os três fatos, a Cúpula de Madri é que estabeleceu novas condições de expansão do cerco militar à Rússia e China. Em seguida, Biden autoriza a CIA a assassinar Abi Mohamed Ayman al Zawahiri, dirigente máximo da Al-Qaeda, violando o território do Afeganistão.

A "visita" imperativa da presidenta da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, Nancy Pelosi, do Partido Democrata, desconhecendo a reprovação do governo da China, representou um ato de prepotência do imperialismo norte-americano, e a disposição de ir à guerra, caso as autoridades chinesas impedissem pela força a sua presença. Não restou a Xi Jinping, a não ser fazer promessas de endurecimento com os Estados Unidos e demonstrações militares no entorno de Taiwan.

O encontro de Pelosi com a presidenta Tsai Ing-wen, do Partido Progressista Democrático de Taiwan (PPD), serviu ao imperialismo para assentar sua disposição de garantir a separação da Ilha da China, o que, se levada adiante, rompe o acordo de reconhecimento de que a Ilha é parte do território chinês, sancionado pela ONU, em 1971. Até então, Taiwan era considerado um Estado

independente.

A Revolução de 1949 desferiu um golpe mortal à dominação imperialista da China. Os Estados Unidos, como grande vencedor da Segunda Guerra Mundial, se viram diante de mais uma importante ruptura no elo da cadeia internacional da dominação das potências sobre a maioria dos países semicoloniais, e em favor do processo de transição do capitalismo ao socialismo, iniciado com a Revolução Russa e a edificação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

A reação pró-imperialista, encarnada pelo partido Kuomintang e derrotada pela aliança operária-camponesa, sob a direção do Partido Comunista, se refugiou em Taiwan, obtendo a proteção das potências vencedoras da Segunda Guerra, momento em que os Estados Unidos já exerciam a sua hegemonia internacional. A separação de Taiwan da China, quatro anos depois dos acordos de Yalta e de Potsdam em 1945, acabou se inserindo na nova partilha do mundo. É imperativo reconhecer que a presente iniciativa dos Estados Unidos, de utilizar Taiwan em sua guerra comercial com a China, reflete precisamente o esgotamento da partilha originada da Segunda Guerra. O que também se passa com o cerco da OTAN à Rússia e a consequente guerra na Ucrânia. Acontecimentos progressos ajudam a melhor compreender os motivos dos Estados Unidos prepararem uma guerra contra a China.

O imperialismo mudou a posição de sustentar Taiwan como República separada da China, nas condições em que se criavam os meios para o início de um processo de restauração capitalista, com a abertura do território chinês à penetração do capital financeiro e monopolista. As reformas pró-capitalistas de Deng Xiao Ping, na década de 1970, permitiram que os Estados Unidos reconhecessem, ainda que formalmente, a ascendência da China sobre Taiwan. A penetração do capital multinacional na estrutura econômica do país, e o impulso ao processo de privatizações

no campo, davam a certeza de que Taiwan continuaria sendo um instrumento dos interesses do imperialismo e, em particular, dos Estados Unidos.

De fato, a Ilha do estreito de Formosa foi completamente moldada pelas relações capitalistas de produção, e subordinada estrategicamente ao imperialismo norte-americano na Ásia. É sobre essa base que Nancy Pelosi e a presidenta Tsai Ing-wen puderam fazer uma demonstração de contestação à soberania da China. Consta-se que a “Ata de Relações com Taiwan”, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos, em 1979, foi redigida de forma que o governo chinês não pudesse utilizá-la em favor do princípio constitucional de “Um país, dois sistemas”, aplicados a Hong Kong e Macau, que evidentemente valeria para Taiwan.

Pouco importa aos Estados Unidos, que, oito anos antes, a ONU tenha reconhecido Taiwan como parte do território chinês. Os acordos internacionais se desmancham, nas condições de escalada da guerra comercial e da potenciação das tendências bélicas, encarnadas pelo imperialismo.

Os Estados Unidos em declínio se chocam com a expansão econômica, comercial e tecnológica da China. Taiwan alcançou a proporção estratégica para o punhado de potências que saqueia o mundo, desde o momento em que triunfou a revolução social, anti-imperialista e anticapitalista, na China. A Guerra Fria foi arquivada para, no longo prazo, recuperar o terreno capitalista perdido para as revoluções.

Taiwan foi um ponto de apoio dos Estados Unidos na Ásia, voltado, durante um período, a cercear o avanço da revolução mundial, e continuou sendo, mesmo depois do processo de restauração capitalista se instalar e progredir na China. O desmoronamento da URSS, antecipado pelo retorno do Leste Europeu à órbita do imperialismo europeu e norte-americano, por sua vez, abriu caminho para os Estados Unidos realizarem uma ofensiva contra a Rússia, objetivando reduzir sua capacidade de controlar as imensas riquezas naturais, e manter sob sua influência as ex-repúblicas soviéticas. Há uma clara ligação entre a provocadora “visita” de Pelosi a Taiwan, as medidas de reforço militar na região do Indo-Pacífico, a guerra na Ucrânia, e a reaproximação de Biden com a monarquia saudita na Oriente Médio.

Há críticos entre os próprios porta-vozes e representantes da burguesia norte-americana. Achem que foi um erro do Congresso dos Estados Unidos e do pouco empenho de Biden em dissuadir Pelosi da viagem a Taiwan, não tanto pelo risco de que a China poderia confrontar o poderio dos americanos, mas principalmente quanto ao incentivo a Xi Jinping de se aproximar ainda mais de uma aliança com a Rússia. A tarefa seria continuar a armar Taiwan, dando-lhe maior capacidade para uma confrontação com a China. Seria mais uma bucha de canhão, como está sendo a Ucrânia. Está em andamento a construção de submarinos atômicos pela Austrália, impulsionada pelo acordo Alkus, que foi montado pelos Estados Unidos e Inglaterra.

Por todos esses motivos econômicos, e pelo percurso do expansionismo militar da OTAN, das forças norte-americanas, bem como pelo rearmamento do Japão, nota-se uma confluência de acontecimentos, tendo a guerra na Ucrânia como centro irradiador, que constituem um quadro de pré-guerra mundial. Muitas foram as conflagrações militares após a Segunda Guerra e a Guerra da Coreia, mas não se havia chegado ao ponto de erguer no horizonte o espectro de uma Terceira Guerra.

É nesse marco que se manifestam a gravidade e a tragédia da crise de direção mundial do proletariado. Força e capacidade social, para a classe operária e demais explorados se erguerem contra o imperialismo, os Estados e governos que promovem as guerras de dominação, de destruição massiva de forças produtivas e de agigantamento da barbárie social, não faltam. Os explorados foram adormecidos pelas traições de suas direções, principalmente diante, durante e depois da Segunda Guerra Mundial.

Na espinha dorsal do desarme ideológico, político e organizativo da classe operária internacional, encontra-se o estalinismo, responsável pela degeneração da democracia e da ditadura do proletariado, e pela derrocada da URSS. A social-democracia e toda sorte de reformismo pequeno-burguês serviram de auxiliares ao revisionismo estalinista do internacionalismo marxista.

Quando a URSS foi liquidada, o imperialismo e seus lacaios festejaram o “fim do comunismo” ou do “socialismo real”. Os Estados Unidos disseram que já não era preciso a “Guerra Fria”, e que nascia uma “nova ordem mundial de paz”. Não demorou muito para que esse entulho de falsificação histórica viesse abaixo. A OTAN, não apenas foi mantida, como também ampliada e reforçada. Assistimos, neste momento, que nenhuma das reconquistas da burguesia arrancadas do proletariado serviu para revitalizar o capitalismo em decomposição. Ao contrário, todas as reconquistas contrarrevolucionárias prepararam o caminho para a guerra da Ucrânia, e potenciaram os perigos de uma nova conflagração mundial.

O capitalismo da época imperialista, de guerras, revoluções e contrarrevoluções, está mais uma vez conduzindo a humanidade ao precipício. Somente o proletariado, apoiado nas massas oprimidas da cidade e do campo, tem capacidade histórica de interromper o curso da barbárie, por meio das revoluções e constituição de Estados soviéticos. Os explorados não se deram conta da profundidade da crise mundial, devido a décadas e décadas de política de conciliação de classes, e de inúmeras derrotas de extraordinária magnitude. Sem os seus partidos marxista-leninista-trotskistas e sem o Partido Mundial da Revolução Socialista, os oprimidos não têm conseguido transformar suas lutas em força revolucionária, voltada a derrubar o poder da burguesia e vencer o domínio imperialista. Mas as inúmeras e duras experiências estão amadurecendo as condições para o ressurgimento da vanguarda com consciência de classe em toda a parte. Trata-se de expressar as novas experiências, como as gestadas pela guerra na Ucrânia, para reerguer o Partido Mundial da Revolução Socialista.

O CERQUI vem realizando uma campanha internacionalista pelo fim da guerra na Ucrânia, sob a diretriz de que a tarefa é a de unir a classe operária em torno a bandeiras e tarefas revolucionárias. Os acontecimentos têm demonstrado a correção da defesa pelo desmantelamento da OTAN e de todas as bases militares dos Estados Unidos na Europa; revogação de todas as sanções econômico-financeiras à Rússia; pela autodeterminação, integridade territorial e retirada das forças militares russas da Ucrânia. Acrescentam-se: Fora Pelosi de Taiwan! Repúdio à provocação imperialista!

Operários, camponeses e demais trabalhadores, a única via para acabar com a ofensiva do imperialismo contra a China e a Rússia e barrar o curso da guerra é a da revolução, que coloque o proletariado no poder e que fortaleça o internacionalismo comunista.

Abaixo publicamos a apresentação do folheto que reúne as Declarações do CERQUI sobre a guerra na Ucrânia

APRESENTAÇÃO

Este folheto é parte da campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra na Ucrânia. Temos feito o máximo empenho em responder regularmente ao desenvolvimento da crise mundial, da qual se originou o confronto dos Estados Unidos e aliados com a Rússia, envolvendo a Ucrânia, que passou pela Primeira Guerra Mundial, pelo intervencionismo nazifascista, pela revolução proletária de Outubro de 1917, pela sua emancipação do império Grão-Russo e pela constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Antes de a Rússia decidir pela guerra em 24 de fevereiro, o CERQUI divulgou em 18 de janeiro sua primeira Declaração, “Disputa pela Ucrânia- perigo de guerra”. Sob a bandeira de não à guerra, deu início à sua campanha internacionalista. A passagem abaixo estabeleceu a linha político-programática, que foi sendo comprovada pelos acontecimentos da guerra, que já ultrapassou cinco meses.

“O cerco da OTAN à Rússia, com a cooptação dos países que se desprenderam da URSS, e a instalação de bases militares no Leste Europeu são os principais motivos de Putin para movimentar tropas na fronteira com a Ucrânia. O processo de desmoronamento do sistema de “repúblicas populares” no Leste Europeu, incluindo a Alemanha Oriental, resultante da partilha do mundo do pós-guerra, iniciado em 1968, com a invasão russa à Checoslováquia, e retomado em 1989, com a reunificação da Alemanha, impulsionou as forças centrífugas que acabaram por implodir a URSS, despedaçando-a em 15 países. Em suas bases, estavam as tendências restauracionistas, que não poderiam ser sufocadas com medidas militares, e imposição de governos burocrático-ditatoriais, como se assinalou com a invasão soviética à Hungria, em 1956, e o esmagamento do movimento nacionalista burguês e pequeno-burguês.

As forças mundiais do capitalismo, que emergiram da maciça destruição de forças produtivas, chefiadas pelos Estados Unidos, se chocaram com as atrasadas economias, que não podiam avançar na transição do capitalismo ao socialismo, encarceradas nas fronteiras nacionais. A participação da URSS estalinizada – submetida ao programa do socialismo nacional –, na nova partilha do mundo, favoreceu o imperialismo, que passou a contar com o desarme programático, ideológico, político e organizativo do proletariado mundial.

A dissolução da III Internacional, a mando de Stalin, em 1943, expressou de forma mais acabada o desarme. Os impasses no sistema burocrático de repúblicas populares, que nasceu da partilha do mundo, foram agravando-se, na medida em que permaneceram vigentes a pequena propriedade dos meios de produção, principalmente no campo, e os obstáculos à construção das forças produtivas socialistas, dependentes da grande indústria e da elevação da técnica, que esbarraram nos limites impostos pelo domínio imperialista. As rupturas que se manifestaram em 1989, depois da grande crise econômica mundial dos anos de 1970, se voltaram contra a URSS burocratizada.

O imperialismo europeu e o norte-americano passaram a se valer do triunfo da “Guerra Fria”, lançada por Harry Truman, em 1947, contra o comunismo. De fato, contra as conquistas da revolução proletária na Rússia, a expropriação da burguesia, o fim da opressão nacional, a constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a abertura da transição do capitalismo ao socialismo na Rússia, o impulso às revoluções na Europa e no mundo, e a constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista, a III Internacional”.

A Declaração, em seguida, faz a seguinte caracterização do conflito militar: “A mobilização militar ordenada por Putin para a fronteira com a Ucrânia representa uma autodefesa, diante do avanço da OTAN, mas também um ato de opressão nacional. Esse dilema não pode confundir a política do proletariado”.

A formulação, de que as contradições, que emergiram do cerco da OTAN à Rússia e da necessidade objetiva de sua autodefesa, não poderiam embaralhar e confundir a política internacionalista

do proletariado, estabeleceu as diretrizes fundamentais da campanha do CERQUI.

Em 1º de fevereiro, o CERQUI publicou a segunda Declaração “Escalada militar em torno à Ucrânia. Somente o proletariado organizado e em luta pode responder com seu programa e política próprios aos perigos da guerra”. Essa orientação de classe indicou que a guerra na Ucrânia não era uma guerra de libertação, mas de dominação. Sobre essa base, o CERQUI formula as bandeiras de luta contra a guerra.

Eis: “Diante da escala militar dos EUA e da OTAN, coloca-se a bandeira pelo fim da OTAN, e retirada imediata de suas bases militares nas ex-repúblicas populares do Leste Europeu e nas ex-repúblicas soviéticas. Na Rússia e na Ucrânia, combater sob a bandeira de autodeterminação das nações oprimidas, pela derrubada da burocracia governamental e da oligarquia burguesa, sob o programa de recuperação das conquistas da revolução proletária e da reconstituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Esse é o programa e a luta que unifica o proletariado e os demais explorados para marcharem sob a bandeira de fim das guerras imperialistas e pelos Estados Unidos Socialistas da Europa”.

Dois dias antes do início da guerra, em 22 de fevereiro, o CERQUI lançou uma Carta “À classe operária, aos demais trabalhadores e à vanguarda mundial que luta pelo socialismo. Os Estados Unidos empurram a Rússia à guerra. Resposta proletária internacionalista”.

Uma das formulações obrigatórias, para compreender as causas mais profundas de uma confrontação militar na Europa, cuja dimensão é a mais significativa depois da Segunda Guerra Mundial, é a de que a ofensiva do imperialismo contra a Rússia se dá no terreno da liquidação da URSS, dissolvida em dezembro de 1991. Tanto na primeira quanto na segunda Declaração, o CERQUI deixou claro que não se pode desvincular o cerco da OTAN, a disposição do governo ucraniano de submeter o país a esse braço armado dos Estados Unidos e o perigo da guerra do processo de restauração capitalista e, sobretudo, do desmoronamento da URSS. Nesta Carta, retoma-se a formulação:

“É necessário recorrer às raízes das causas históricas, que levaram ao desfiguramento paulatino da URSS e ao seu desmoronamento final. Somente assim, a classe operária, os demais explorados e a vanguarda com consciência de classe podem levantar uma posição revolucionária diante do choque instalado e da possibilidade de uma guerra na Ucrânia, cujas duas principais forças são a do imperialismo norte-americano e a da autocracia russa restauracionista”.

Sem se desvincular um só momento desse fundamento histórico, a campanha internacionalista do CERQUI contra a guerra conclui:

“O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) vem fazendo uma campanha contra a guerra imperialista com suas Declarações, empunhando o programa internacionalista do proletariado. A união dos operários e demais explorados russos, ucranianos, norte-americanos, poloneses, franceses, alemães e dos demais países envolvidos é o ponto de partida para a união revolucionária mundial das massas, para derrotar o imperialismo e arrancar do poder a burocracia oligárquica russa, reconstituindo o poder proletário soviético. A defesa da autodeterminação da Ucrânia e de sua reconstituição soviética é parte do combate à guerra de dominação capitalista e imperialista. Essa luta é muito importante para a vanguarda com consciência de classe recuperar a tradição científica do marxismo e trabalhar no terreno sólido aplainado pelo Programa de Transição da IV Internacional, que deve ser aplicado de acordo com as novas condições do capitalismo em decomposição e da vitória final do imperialismo sobre a URSS.

As bases materiais e sociais da transição do capitalismo ao socialismo continuam vigentes. Trata-se de construir os partidos marxista-leninista-trotskistas, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, para o proletariado encarnar a tarefa de reiniciar o processo de transição do capitalismo ao socialismo, iniciado

com a revolução de Outubro de 1917 e com a edificação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional chama os explorados do mundo todo a reagirem ao confronto militar na Ucrânia, com seu programa e política próprios. Pelo fim da OTAN. Imediata retirada das bases militares da Polônia, Romênia e outros países. Expulsão dos Estados Unidos da Europa. Pelo fim do desmembramento e anexação territorial da Ucrânia! Pela reintegração de russos e ucranianos em Donetsk e Luhansk! Pela união da classe operária contra a guerra, pelo fim do capitalismo e pela retomada da transição do capitalismo ao socialismo! Pela derrota do nacionalismo pró-imperialista e restauracionista! Pelo internacionalismo proletário! Não à guerra! Sim, à revolução socialista!"

Pelo CC, Atilio de Castro - 1 de agosto de 2022

Argentina / Chamado aos setores que se destacaram na luta em defesa dos salários e empregos, às organizações de desempregados que ocupam as ruas com suas reivindicações:

É urgente exigir das centrais sindicais e a todos os sindicatos

Decretar imediatamente uma greve geral ativa, em defesa das nossas condições de vida e trabalho, como parte de um plano de luta progressivo

Esta situação não se suporta nem mais um dia

Até quando vamos tolerar o aumento indiscriminado dos preços dos alimentos e de todos os produtos essenciais, os aumentos do transporte e de todos os serviços?

O governo está amarrado de pés e mãos pelos credores e os capitalistas mais poderosos, que querem lhe obrigar a uma maior desvalorização do peso, que provocará outra espiral de preços, liquidando mais ainda nossos ingressos. E não reage. Não pode tomar as mínimas medidas em defesa do interesse nacional porque está submetido aos setores mais concentrados do capital. Não se pode esperar nada dele. A situação se agrava, dia após dia, e há desabastecimento de diversos itens. As empresas começam a paralisar-se, esperando uma resolução sobre a desvalorização, começando a frear a economia. Já conhecemos essa história.

Os especuladores, os que saqueiam o país e os nossos bolsos, têm nome e sobrenome (mas são chamados de "mercados"). É necessário tomar medidas urgentes. Não serve insultá-los com discursos. Riem na cara do governo. Não se pode esperar. Estão em guerra contra a nação e contra a grande maioria, cada vez mais empobrecida.

O governo consulta com o FMI até as mais tímidas medidas. Basta! O acordo com o Fundo nos está afundando. As mesas de diálogo e concertação com os empresários não serviram para nada, como também já se sabia. O capital financeiro, os grandes capitalistas, os latifundiários, querem um ajuste mais a fundo, ajuste contra as aposentadorias, contra os salários, acabar com os subsídios para liberar as tarifas, mais desvalorização, querem mais entregas dos recursos, e pagar menos impostos do que pagam. Não há forma de conciliar seus interesses com os da maioria.

O papel desempenhado pelas centrais sindicais é de completa submissão. O chamamento de Yasky para uma marcha com tochas é vergonhoso. O que se deve convocar imediatamente são assembleias nos locais de trabalho, nos bairros, nas escolas, para debater a pauta de reivindicações urgentes e as medidas de luta para organizar a resistência, para impor às direções da CGT, da CTA e da grande maioria dos sindicatos que rompam a trégua com o governo e os patrões, devem independizar-se, defender os direitos da maioria. Com os métodos da classe operária, com a greve e a mobilização, até arrancar as reivindicações e acabar com esse grupinho de parasitas que fagocitam toda a riqueza.

- Por um salário mínimo e uma aposentadoria igual ao custo de vida, ajustado mensalmente;
- impedir demissões e suspensões, pela incorporação nos acordos sindicais de todos os trabalhadores terceirizados, regulari-

zar, regularizar todo o trabalho informal;

- confiscar a produção agropecuária dos moinhos e frigoríficos, assim como as grandes cadeias de supermercados, garantindo a distribuição de alimentos em todos os bairros;
- criação de milhões de empregos que são necessários, reduzindo a jornada de trabalho, incorporando novos trabalhadores, mediante um verdadeiro plano de obras públicas, que produza empregos genuínos (casas, hospitais, escolas, estradas, esgotos);
- destinar todos os recursos necessários para a fabricação de todo material ferroviário, para reconstruir toda a rede ferroviária; para construir os portos da frota mercante, as dragas, e todos os equipamentos que um dia já se produziram no país. Industrializando o país, se criam os empregos genuínos de que precisamos. Vão dizer que não há recursos, que não há financiamento, e tantos outros pretextos. Os recursos existem de sobra, para resolver todos os problemas da maioria. Falta decisão política para impô-las.
- Estas medidas exigem desconhecer toda a dívida externa, e romper todas as amarras com o FMI, o Banco Mundial e os credores. Aí está o coração do parasitismo e a especulação.
- Requerem estatizar o comércio exterior, para acabar com o contrabando, com o saque dos nossos recursos, para que todas as divisas ingressem ao país. Para terminar com as importações fraudulentas e suntuárias, que esgotam as reservas, para terminar com as manobras de superfaturamento e subfaturamento. Recuperar para o estado, todos os portos e todas as vias navegáveis.
- Requerem terminar com a banca privada, e desconhecer as negociatas com os títulos que estão provocando um endividamento colossal. Integrar todo o sistema financeiro num só e único banco estatal, nacional.
- Requerem acabar com a grande propriedade latifundiária, expropriando-a.

Estas medidas elementares, democráticas, de defesa do interesse nacional e dos trabalhadores, não será resolvida pelo Congresso, nem será legalizada pelo judiciário corrupto. Será imposta pela ação direta das massas. A única linguagem que cabe é a da luta de classes, o levante da maioria oprimida contra a minoria, que tem em suas mãos toda a riqueza e quer mais. Cada vez mais concentrada e monopólica. O capitalismo está esgotado, em decomposição, e não pode ser reformado.

As organizações combativas, as que se reclamam da classe ope-

rária, anti-imperialistas, devem pôr em marcha uma convocação unitária. A burguesia está afundando o país, seu tempo se esgotou.

Do nosso ponto de vista, marxista, somente a classe operária, acaudilhando a maioria, por meio de uma revolução social, pode

dar uma resposta progressiva à crise, preparando-se para tomar as rédeas do poder, única via para acabar com esta crise, que nos empurra à barbárie.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 419, órgão do POR-Argentina)

Argentina / Comunicado do POR diante da renúncia dos ministros e assunção do super ministro Sérgio Massa Massa é o melhor representante do FMI e do grande capital

- Esta situação resulta da extrema fragilidade e crise em que degenerou o governo de Fernández, incapaz de tomar qualquer medida para ordenar a economia, e resolver os dramáticos problemas das massas. A crise e os choques que se estão produzindo não se podem analisar à margem da crise mundial e comercial, e da pressão extrema dos EUA para manter a Argentina, alinhada no seu terreno com o objetivo de que renuncie e abandone os acordos com a China e com a Rússia.
- Diante de cada crise, o governo se orienta a respeitar a grande propriedade privada e a defender os interesses dos grandes capitalistas, adiando o atendimento das reivindicações das massas.
- O governo de Alberto Fernández está totalmente esgotado. Não pode tomar nenhum tipo de medida, perdeu completamente a autoridade, não apenas sobre os oprimidos, mas também do grande capital.
- Quem é Massa? Não se pode ter nenhuma ilusão. É o homem da embaixada ianque, é quem conspirou contra o governo de Cristina Kirchner, é o homem que viajou a Davos com Macri, e que Macri apresentou como seu sucessor. Está vinculado aos grandes capitais e implementará uma política de maior subordinação ao imperialismo.
- A essência da política de Massa é reconhecer a dívida externa e pagá-la. Massa assume para cumprir o acordo com o FMI e

tentar valorizar os títulos e os investimentos do grande capital. Por estas razões, toma as rédeas de um governo totalmente desgastado.

- O compromisso de Massa é levar adiante o ajuste contra os trabalhadores e o saque do país. A mesma política que tentou implementar Fernández para o saque da mineração, dos recursos pesqueiros, de todos os recursos para poder pagar a dívida externa.
- Reforça-se a tendência, que viemos sustentando como Partido. Aprofunda-se a direitização do governo. NÃO se diretizam as massas, mas o governo.
- O comunicado da CGT, fazendo referência ao “companheiro Massa”, reflete o grau de integração da burocracia sindical aos governos patronais. Estão interessados em sustentar a governabilidade burguesa, porque sabem que os trabalhadores, para derrotar o ajuste, têm de passar por cima deles.

O governo está em crise, mas, os que não suportamos mais somos os trabalhadores, que sofremos o desemprego, a liquefação dos nossos salários, a inflação imparável e o aumento das tarifas e serviços. É fundamental a unidade da classe operária e os oprimidos. Há que preparar desde abaixo a greve geral para impor todas nossas reivindicações. Mais do que nunca, há que tomar medidas de ação direta para defender nossas condições de vida e trabalho.

Partido Operário Revolucionário, 28 de julho de 2022

Bolivia / Condição para a efetivação da independência política nos sindicatos proletários é a recuperação da consciência de classe conquistada até 1971

A luta de classes é um processo, que passa por diferentes etapas de transformação da consciência de classe do proletariado, e sua capacidade de conquistar as demais classes oprimidas da sociedade (camponeses e classe média empobrecida), em favor de sua política. No caso boliviano atual, o proletariado não conseguiu superar plenamente as consequências de seu retrocesso político, que começou após o golpe de Banzer, e se aprofundou em 1985, quando o Estado burguês buscou uma solução para a crise estrutural do capitalismo por meio do desastre. Aplica o D.S. 21060, privatiza todas as empresas estatais, aplica uma rigorosa flexibilização trabalhista, que favorece o empresariado boliviano e as multinacionais imperialistas, fecha as minas estatais, e demite milhares de trabalhadores (a chamada relocação), dando um duro golpe na vanguarda do proletariado boliviano. O mineiro cai lutando desesperadamente para preservar seus direitos e suas conquistas políticas, econômicas e sociais.

Com a reabertura das minas do Estado (Huanuni e Colquiri) e do setor privado com a recuperação dos preços dos minerais no mercado mundial, os jovens proletários já não são os mesmos que os outros imbuídos pela Tese de Pulacayo na luta anterior. Esses recém-chegados aparecem no palco, quase sem contato com a tradição revolucionária de sua classe, e o lamentável retrocesso ocorre em sua consciência de classe. Assim, realizam uma franca política colaboracionista com o Estado burguês, na crença de que por este caminho resolverão os problemas de seu setor. Da mesma forma, o novo proletariado fabril, vítima da flexibilização trabalhista, dizimado também na crise de 1985, e agora pela Pandemia, não conseguiu se recuperar como classe para defender seus direitos, hoje afetados pela nova crise do capitalismo, e está

se extraviando, confiante no legalismo burguês, abandonando seus próprios métodos de luta (ação direta).

É neste contexto, de graves retrocessos na luta de classes, que surge como uma necessidade imperativa a palavra de ordem da independência política das organizações sindicais do Estado burguês, dos seus governos e das expressões políticas da classe dominante. Afirma que tem o propósito de acelerar o processo de reunião do proletariado com a consciência de classe, conquistada no grande processo de ascensão, que começou na década de 1940, e se estendeu até 1971. Esse período de grandes saltos na conquista da consciência de classe nos deixa documentos de grande importância, como as Teses de Pulacayo, a tese socialista do IV Congresso da COB, as Bases Constitutivas da Assembleia Popular de 1971. Esses documentos e outros são a herança que o atual proletariado tem de reassimilar, para dar saltos no desenvolvimento de sua consciência. Assim, chegamos à conclusão de que a consciência de classe nunca se perde, embora possa regredir, e depois dar saltos, no processo de sua recuperação.

Do que foi dito acima, concluímos que os sindicatos só podem colocar em prática a independência política de suas organizações sindicais da política da classe dominante, se e somente se, partirem do desenvolvimento de sua própria consciência de classe, isto é, quando o proletariado está no trânsito de sua transformação de classe em si para classe para si, no caminho da organização em seu próprio partido político, o POR. Entendido dessa forma, essa bandeira desempenha o papel de uma grande alavanca, que impulsiona a classe a dar saltos em seu reencontro com a consciência conquistada anteriormente.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 2709, órgão do POR-Bolívia)

82 anos do assassinato de Trotsky

Memória eterna a Leon Trotsky!

Leon Trotsky sofreu um atentado, no dia 20 de agosto de 1940, em sua residência, em Coyoacán, México. Chegou a ser levado ao hospital, mas não resistiu, falecendo no dia seguinte. O algoz foi Ramón Mercader del Río, um agente infiltrado da polícia política, a NKVD; o mandante, Josef Stalin. Mercader conseguiu se infiltrar no restrito ambiente de sua vítima, mediante um plano tecido desde Moscou. Seduziu uma militante que era irmã de uma das secretárias de Trotsky, usando nomes falsos, Jacques Monard e Frank Jackson. Aproximou-se também de Alfred Rosmer, militante que havia rompido com a IV Internacional, mas com quem Trotsky mantinha laços de amizade. Frequentando esse círculo, Mercader serviu inicialmente de informante.

No dia 24 de maio, Trotsky sofreu um primeiro atentado, que fracassou. A ação foi liderada pelo pintor estalinista David Siqueiros, entre outros, claramente seguindo ordens cujo fio levava à URSS, passando pelo PC mexicano. Apenas quatro dias depois, Mercader se encontrou pela primeira vez com Trotsky. Desse dia até o golpe fatal, houve poucos encontros. Trotsky chegou a desconfiar dele. No dia fatídico, o assassino compareceu vestindo um sobretudo – escondido nele estava, além de uma pistola e um punhal, a picareta usada para golpear a cabeça do revolucionário, o qual tentou revidar, sem efeito. Ramón Mercader foi preso, condenado a 20 anos, e libertado em 1960. De passagem à URSS, foi condecorado pela burocracia estalinista. Teria morrido em Cuba, em 1978.

Trotsky havia sido exilado da URSS, em 1929. Dirigiu-se para a Turquia, fixando-se por um período na ilha de Prinkipo. Foi-lhe retirado o direito à nacionalidade soviética. Em 1937, partiu para o México. Foi perseguido e jogado de lá para cá, tendo passado antes pela França e Noruega, e tendo superado, inclusive, outras tentativas de tirar a sua vida. Seu filho, Leon Sedov, que ocupava posição crucial na organização da IV Internacional, foi assassinado – mesmo destino de uma multidão de outros militantes da Oposição de Esquerda russa e internacional, e de opositores em geral. No meio do caminho, Trotsky teve de se defender de acusações mentirosas, com destaque para a farsa montada após a morte de Kirov, com os chamados Processos de Moscou. Enfim, a perfídia e os horrores perpetrados por Stalin e sua camarilha burocrática desfiguraram a revolução proletária de maior envergadura histórica já vista, degenerando o Estado operário, o partido bolchevique e a III Internacional.

Trotsky foi assassinado porque encarnava as ideias da Revolução de Outubro, constituindo, desse modo, um risco tanto à burocracia termidoriana estalinista, quanto às burguesias europeias e do mundo todo – tanto as dos países fascistas, como as das repúblicas mais “democráticas”. Por trás de Mercader, estão Stalin, a burocracia soviética, a polícia política, e o Estado operário degenerado, assim como todas as expressões políticas do imperialismo. Longe de ter sido um ato de “vingança pessoal” levada a cabo por Stalin, embora fosse verdadeiro o ódio particular deste em relação àquele, o assassinato deve ser compreendido como expressão do antagonismo de forças sociais em choque. Ou seja, como manifestação da oposição irreconciliável entre os interesses políticos e históricos do proletariado mundial, encarnados pela IV Internacional, e os interesses particulares da casta burocrática,



que trilhava o caminho da restauração do capitalismo.

Sua morte se deu em plena Segunda Guerra, o que é significativo. Uma nova conflagração generalizada poderia abrir uma vaga revolucionária, de forma semelhante ao que ocorrera em meio à Primeira Guerra. Trotsky foi, não só dirigente da insurreição de 1917 – ao lado de Lênin, seu líder incontestado –, mas também o organizador do Exército Vermelho. O homem que ocupava esse lugar na história representava um perigo, tanto a Stalin quanto a Hitler, os quais haviam recém assinado o Pacto de 1939, que previa a ocupação simultânea e a partilha da Polônia – pacto depois rompido por Hitler, com a invasão da URSS pelas tropas alemãs.

O Programa erguido pela IV Internacional, encabeçada por Trotsky, se colocou como a continuidade do marxismo-leninismo, aplicada à particular situação de desagregação do capitalismo, que ameaçava a humanidade de conjunto, com a barbárie da Segunda Guerra. Nós, do Partido Operário Revolucionário, fazemos questão de relembra o assassinato do grande revolucionário bolchevique, justamente porque as contradições, que estão na base da crise estrutural do modo de produção capitalista, hoje, se mostram a tal ponto exacerbadas, que levaram à guerra na Ucrânia, colocando a humanidade novamente diante da possibilidade de uma nova hecatombe, depois da Segunda Guerra Mundial. Assim como em fins dos anos 1930, o desenlace atual da situação depende inteiramente da intervenção da classe operária, única força social capaz de pôr fim ao conflito na Ucrânia, bem como impedir a escalada armamentista.

Está de pé a tarefa de superar a crise de direção revolucionária, aberta pela destruição da III Internacional, corrompida pelo estalinismo contrarrevolucionário. A Oposição de Esquerda russa e a IV Internacional foram perseguidas e combatidas a sangue por Stalin. Embora as condições objetivas favorecessem o cerco contrarrevolucionário a IV Internacional, que se constituiu, em 1938, sobre a base do Programa de Transição, que sintetizou a heroica resistência de Trotsky e seu camaradas à degeneração do Estado Soviético e à potenciação das forças restauracionistas. O Programa de Transição possibilita à vanguarda com consciência de classe construir os partidos marxista-leninista-trotskyistas. O Partido Operário Revolucionário do Brasil, como seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, se tem empenhado na luta pela superação da crise de direção. O que só tem sido possível com o trabalho sistemático e incansável de aplicar os fundamentos do Programa de Transição nas condições particulares do Brasil.

Memória eterna ao grande revolucionário Leon Trotsky! Pela reconstrução da IV Internacional! Viva o socialismo, viva a revolução e ditadura proletárias!

Com parte da campanha dos 82 do assassinato de Leon Trotsky, selecionamos este artigo, de 1929, quando o revolucionário havia acabado de ser expulso da União Soviética, por decisão da ditadura bonapartista de Stalin. Apesar de ter sido redigido há 93 anos, portanto, há quase um século, mantém atualidade de seus fundamentos. Evidentemente, determinados aspectos conjunturais ficaram para trás. Destacamos os seguintes pontos: 1) “Quase todos os líderes da época da guerra ainda estão vivos. Naquele momento, a maioria deles dizia que aquela seria a última guerra,

depois da qual se iniciaria o reino da paz e da democracia. Alguns até acreditavam no que diziam. Mas, hoje, nenhum deles teria a audácia de repetir aquelas palavras. Por quê? Porque a guerra nos introduziu numa era de grandes tensões e grandes conflitos, anunciando novas grandes guerras”; 2) “O sistema soviético não é simplesmente uma forma de governo que se possa comparar em abstrato com a forma parlamentar. É, sobretudo, um novo modo de relação com a propriedade. Do que se trata, na verdade, é da propriedade da terra, dos bancos, das minas, das fábricas e das estradas de ferro”; 3) O que acabo de dizer não se deve interpretar

no sentido de que haja garantias absolutas para a estabilidade permanente do poder soviético. Se a oposição pensasse dessa maneira, nossa luta contra o perigo do bonapartismo careceria de sentido. E menos ainda quero afirmar que a solidez do sistema soviético não pode ser afetada pela política do governo atual”; 4) “A única forma política que poderia assumir semelhante virada seria uma ditadura militar, variante contemporânea do bonapartismo. Mas, nos próprios alicerces da ditadura contrarrevolucionária, se encontraria alojada a poderosa mola de uma nova Revolução de Outubro”.

Memória eterna a Leon Trotsky!

Pode a democracia parlamentar substituir os Sovietes?

Leon Trotsky, 25 de fevereiro de 1929

“Se o poder soviético enfrenta crescentes dificuldades, se a crise de direção da ditadura se agrava constantemente, se não se pode descartar o perigo do bonapartismo: não seria melhor tomar o caminho da democracia?” Esta pergunta aparece colocada abruptamente, ou constitui o substrato de grande quantidade de artigos dedicados aos acontecimentos recentes da república soviética.

Não quero estabelecer uma polêmica acerca do que é o melhor ou do que não é o melhor, mas, indicar o que é o mais provável, quer dizer, o que é que surge da lógica objetiva dos processos. E cheguei à conclusão de que o menos provável, melhor falando, o que está absolutamente excluído, é a transição dos soviets à democracia parlamentar.

Muitos jornais me explicaram, amável e simplesmente, que minha expulsão foi fruto da falta de democracia na Rússia e que, por isso, não devo me queixar. Mas, em primeiro lugar, não tenho me queixado a ninguém; em segundo lugar, também fui expulso de várias democracias. Que os adversários dos soviets considerem que a aguda crise atual de direção na URSS seja uma consequência inexorável do governo ditatorial, ditadura pela que assumo, evidentemente, plena responsabilidade – é perfeitamente normal. Num sentido geral, esta observação é correta. Não tenho a menor intenção de utilizar meu exílio para negar o determinismo histórico. Mas, se a crise de direção não é uma consequência fortuita da ditadura, a própria ditadura não surgiu por acaso da breve democracia que substituiu o czarismo, em fevereiro de 1917. Se a ditadura é culpada pela repressão e por todos os males, por que então a democracia resultou impotente para salvar o país da ditadura? E, onde está a prova de que, uma vez afastada a ditadura, se poderá contê-la?

Para expressar minha ideia com maior clareza, devo ampliar o marco de referência geográfico para lembrar, ao menos, certas tendências do processo político europeu depois da guerra, que não foi um mero episódio, mas o prólogo sangrento de uma nova era.

Quase todos os líderes da época da guerra ainda estão vivos. Naquele momento, a maioria deles dizia que aquela seria a última guerra, depois da qual se iniciaria o reino da paz e da democracia. Alguns até acreditavam no que diziam. Mas, hoje, nenhum deles teria a audácia de repetir aquelas palavras. Por quê? Porque a guerra nos introduziu numa era de grandes tensões e grandes conflitos, anunciando novas grandes guerras. Neste preciso instante, poderosos trens correm a grandes velocidades pelos trilhos da dominação do mundo, e não tardarão em se chocar. Não podemos medir

nossa época com a métrica do século XIX, cujo signo predominante foi a extensão da democracia. Em muitos sentidos, a diferença entre os séculos XX e XIX serão maiores que as diferenças entre toda a era moderna e a idade média. Recentemente, Herriot relacionou, num jornal de Viena, as causas do retrocesso da democracia diante da ditadura. Após a instalação do poder revolucionário na Rússia e a derrota do movimento revolucionário numa série de países, fomos testemunhas da instauração de ditaduras fascistas em todo o sul e oriente da Europa. Como se explica a extinção da “lâmpada votiva” da democracia? Costuma-se afirmar que, nesses casos, nos encontramos com estados atrasados ou imaturos. Esta argumentação dificilmente seja válida para Itália. Mas, mesmo valendo onde quer que fosse, não explicaria nada. No século XIX, acreditava-se que, por uma lei da história, todos os países atrasados subiriam pela escada da democracia. Por que, então, o século XX os joga pela via da ditadura? Acreditamos que a explicação surge dos próprios fatos. As instituições democráticas se mostraram incapazes de suportar a pressão das contradições contemporâneas, seja internacional, interna ou, como ocorre com maior frequência, a combinação de ambas. Bom ou ruim, é um fato.

Fazendo uma analogia com a engenharia elétrica, poderíamos definir a democracia como um sistema de interruptores ou curtos-circuitos de segurança, como uma proteção, diante das correntes excessivamente carregadas de lutas sociais ou nacionais. Nenhum período da história humana esteve, nem de longe, tão sobrecarregado de antagonismos como o nosso. Cada vez tem mais pontos aquecidos na rede de alta tensão da Europa. Sob o impacto das contradições de classe e internacionais, os interruptores da democracia derretem ou estouram. Esse é o significado essencial do curto-circuito da ditadura.

Ao mesmo tempo, a força das contradições, dentro de cada país e em escala internacional, não diminui, mas aumenta. Não há razão para consolar-se, pelo fato de que o processo afete tão somente a periferia do mundo capitalista. A gota começa no dedo mindinho ou no dedo gordo do pé, mas cedo ou tarde chega ao coração. Além disso, qualquer que seja a situação nos países onde o capitalismo é forte e a democracia tem muitos anos de existência – problema que não podemos tratar aqui –, acreditamos que o que dizemos até agora ilumina suficientemente a pergunta colocada no título.

Quando se contrapõe a democracia aos soviets, geralmente se pensa no sistema parlamentar. Esquece-se o outro aspecto da

questão, o mais importante: que a Revolução de Outubro aplaiou o caminho para a maior revolução democrática da história humana. O confisco das propriedades dos latifundiários, a completa eliminação dos privilégios e distinções tradicionais de classe da sociedade russa, a destruição do aparato burocrático militar czarista, a introdução da igualdade nacional e a autodeterminação nacional; tudo isso foi obra democrática elementar que a Revolução de Fevereiro apenas conseguiu colocar antes de deixá-la, quase intacta, como herança para a Revolução de Outubro. Foi precisamente a bancarrota da coalizão liberal-socialista, sua incapacidade para realizar esta obra, o que tornou possível a ditadura soviética, baseada na aliança de operários, camponeses e nacionalidades oprimidas. As mesmas causas que impediram a nossa débil democracia, historicamente morosa, de realizar sua tarefa histórica elementar, também lhe impedirão de encabeçar o país no futuro. Eis por que, em todo tempo transcorrido, os problemas e dificuldades aumentaram, e a democracia se enfraqueceu.

O sistema soviético não é simplesmente uma forma de governo que se possa comparar em abstrato com a forma parlamentar. É, sobretudo, um novo modo de relação com a propriedade. Do que se trata, na verdade, é da propriedade da terra, dos bancos, das minas, das fábricas e das estradas de ferro. As massas trabalhadoras lembram muito bem o que foram, na Rússia czarista, o aristocrata, o grande latifundiário, o funcionário, o agiota, o capitalista e o patrão. É indiscutível que entre elas existe uma grande insatisfação, muito legítima, pela situação atual do estado soviético. Mas, as massas não querem que voltem o latifundiário, o funcionário, o agiota, o capitalista e o patrão. Não há que esquecer estas “bagatelas”, nem se intoxicar com as trivialidades da democracia. Os camponeses combaterão contra o retorno do latifundiário, como o fizeram dez anos atrás, até a última gota de seu sangue. O grande proprietário somente só poderá rever a sua propriedade desde o exílio montado sobre um canhão, e deverá passar também as noites ao pé desse canhão. É verdade que os camponeses poderiam aceitar mais facilmente a volta do capitalista, uma vez que até o momento, a indústria estatal o favoreceu menos do que antes o comerciante na provisão de bens industriais. Digamos de passagem que esta é a raiz de todas as dificuldades internas. Mas, os camponeses lembram que o latifundiário e o capitalista eram os gêmeos siameses do velho regime, que desapareceram juntos da cena, que durante a Guerra Civil combateram juntos os soviéticos, e que nos territórios ocupados pelos brancos, o dono da fábrica recuperou sua fábrica, e o latifundiário, sua terra. O camponês compreende que o capitalista não voltaria sozinho, senão com o latifundiário, por isso não quer nenhum dos dois. E esta é uma poderosa fonte de energia, ainda que negativa, para o regime soviético.

Há que chamar as coisas pelos seu verdadeiro nome. Aqui não se trata de incorporar uma democracia incorpórea, mas de que a Rússia volte à senda capitalista. Mas, que aspecto teria esta segunda edição do capitalismo russo? No transcurso dos últimos quinze anos, o mapa do mundo sofreu profundas mudanças. Os fortes se tornaram incomensuravelmente mais fortes, os fracos incomensuravelmente mais fracos. A luta pela dominação do mundo tomou dimensões titânicas. As fases dessas lutas se assentam sobre os ossos das nações débeis e atrasadas. Uma Rússia capitalista não poderia ocupar na atualidade sequer o posto de terceira ordem, ao que estava predestinada a Rússia czarista, pelo curso da guerra mundial. O capitalismo russo seria um capitalismo dependente, semicolonial, carente de perspectivas. A Rússia número dois ocuparia uma posição intermediária entre a Rússia número um e a Índia.

O sistema soviético, com sua indústria nacionalizada e seu monopólio do comércio exterior, implica, apesar de todas suas contradições e problemas, uma proteção à independência econômica e cultural do país. Isto foi compreendido inclusive por muitos democratas, atraídos para o lado soviético, não pelo socialismo, mas por um patriotismo que captou algumas lições elementares da história. A esta categoria pertencem muitas das forças da intelectualidade técnica nativa, e a nova escola de escritores aos que, por falta de um nome mais apropriado, chamo de: companheiros de estrada.

Existe um punhado de doutrinários impotentes, que querem a democracia sem o capitalismo. Mas, as forças sociais sérias, hostis ao regime soviético, querem capitalismo sem democracia. Isto se aplica não só aos proprietários expropriados, senão também ao campesinato abastado. Este campesinato, na medida em que se voltou contra a revolução, sempre serviu de apoio ao bonapartismo.

O poder soviético surgiu como resultado de tremendas contradições da condição internacional e local. É absurdo pensar que os interruptores democráticos do tipo liberal ou socialista poderiam suportar estas contradições, que, no último quarto de século, alcançaram sua máxima tensão, ou, que poderiam “regular” a sede de vingança e restauração, que é a força motriz das classes dominantes derrotadas. Estes elementos constituem uma longa cadeia, na qual o comerciante e o industrial se aferram ao *kulak*, o latifundiário ao comerciante, a monarquia vem por trás de todos eles, e os credores externos estão na retaguarda. E todos eles tentariam ocupar o primeiro lugar no país, caso triunfem.

Napoleão sintetizou corretamente a dinâmica da era revolucionária dominada por polos extremos, quando disse: “A Europa será republicana ou cossaca”. Hoje se pode dizer, com muito maior justificativa: “A Rússia será soviética ou bonapartista”.

O que acabo de dizer não se deve interpretar no sentido de que haja garantias absolutas para a estabilidade permanente do poder soviético. Se a oposição pensasse dessa maneira, nossa luta contra o perigo do bonapartismo careceria de sentido. E menos ainda quero afirmar que a solidez do sistema soviético não pode ser afetada pela política do governo atual. A implacabilidade de nossa luta interna demonstra muito bem até que ponto consideramos perigosa, para o poder soviético, a política de ziguezague de Stalin. Mas, o mesmo fato de que estejamos lutando indica quão longe nos encontramos de uma suposta atitude pessimista. Partimos da convicção de que o sistema soviético possui imensas reservas e recursos internos. A linha da Oposição não tende a derrubar o poder soviético, mas ao seu fortalecimento e desenvolvimento.

Podemos formular brevemente nossas conclusões nas seguintes teses:

1. Além do seu objetivo socialista, que encontra seu principal apoio no setor de vanguarda do proletariado industrial, o regime soviético tem profundas raízes sociais e históricas nas massas populares, e constitui um seguro contra a restauração e uma garantia de desenvolvimento independente, quer dizer, não colonial.
2. A luta histórica fundamental contra a União Soviética e a luta interna contra a dominação comunista não se travou para substituir a ditadura pela democracia, mas sim para substituir o atual regime de transição ao socialismo pela dominação do capitalismo, que seria inevitavelmente de tipo dependente e semicolonial.
3. Nestas circunstâncias, o retorno à via capitalista não poderia realizar-se, senão mediante uma prolongada e cruenta guerra civil, acompanhada pela intervenção estrangeira aberta ou encoberta.

4. A única forma política que poderia assumir semelhante virada seria uma ditadura militar, variante contemporânea do bonapartismo. Mas, nos próprios alicerces da ditadura contrarrevolucionária se encontraria alojada a poderosa mola de uma nova Revolução de Outubro.
5. A luta da Oposição não só se realiza sobre as bases pura e exclusivamente soviéticas; é a continuação direta e o desenvolvimento da linha fundamental do bolchevismo. A etapa atual dessa luta não tem um caráter definitivo senão, por assim dizer, conjuntural.
6. O desenvolvimento posterior do sistema soviético e, portanto, o destino da Oposição, dependem não só de fatores de índole local, senão também, e em grande medida, da evolução futura

da situação mundial ... Qual será o curso dos acontecimentos no mundo capitalista? Como estenderão suas forças no mercado mundial os estados mais poderosos, que necessitam expandir-se? Como serão as relações entre os estados europeus nos próximos anos? E, muitíssimo mais importante: como serão as relações entre Estados Unidos e Europa, principalmente com Grã-Bretanha?

Há grande quantidade de profetas que, com toda leviandade, se pronunciam sobre o destino da república soviética, ao mesmo tempo que silenciam sobre o destino da Europa capitalista. Entretanto, ambas as questões, ainda que antagônicas, estão indissoluvelmente ligadas.

(Extraído dos Escritos, Leon Trotsky)

LÊNIN E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA SOVIÉTICA

Este artigo de Lênin, publicado no Pravda, não é muito divulgado, mas tem uma importância histórica extraordinária. Constitui-se de respostas a cinco perguntas, elaboradas pela Agência United Press. Eis: 1) A República Soviética da Rússia introduziu algumas modificações pequenas ou grandes no programa inicial do governo em matéria de política interna e de política exterior, e no programa econômico; quando e quais modificações?; 2) Qual é a tática da República Soviética da Rússia em relação ao Afeganistão, Índia e outros países mulçumanos situados fora da fronteira da Rússia? 3) Que objetivos políticos e econômicos vocês perseguem em relação aos Estados Unidos e Japão? 4) Em que condições estariam dispostos a assinar a paz com Kolchak, Denikin e Mannerheim? 5) O que mais o senhor desejaria que a opinião pública da América do Norte soubesse? Segundo informação, a Agência United Press teria distribuído as respostas de Lênin aos jornais, mas teria omitido a

quinta pergunta, por ter sido considerada "propaganda puramente bolchevique".

As respostas contêm imenso valor para os marxistas, mas destacamos uma delas. Eis: *"A República Soviética veio para substituir o capitalismo, é a única República que coloca o poder nas mãos dos trabalhadores e somente dos trabalhadores, que suprime a propriedade privada da terra, das fábricas e de outros meios de produção, porque a propriedade privada é a fonte da exploração de muitos por poucos, a fonte da miséria das massas, a fonte das guerras de rapina entre os povos, guerras que somente enriquecem os capitalistas. A vitória da República Soviética mundial é segura"*.

Certamente, a censura à quinta resposta pela Agência United Press diz respeito aos fundamentos históricos da República Soviética, que acabou se afirmando na constituição das União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em dezembro de 1922. Sessenta e nove anos depois, o processo de restauração capitalista, encabeçado pelo

termidor estalinista, levaria ao seu desmoronamento. De forma que a afirmação de Lênin de que *"a vitória da República Soviética mundial é segura"*, pode parecer exageradamente idealista. Tal conclusão é completamente errada. O próprio Lênin demonstrou exaustivamente a dependência da URSS à revolução mundial. Mas há um outro lado do acerto da convicção de Lênin de que *"a vitória da República Soviética mundial é segura"*. O capitalismo se encontra hoje mais decadente e putrefato do que no nascimento da Revolução de 1917. Não há como combatê-lo a não ser com o programa que deu origem à República Soviética.

A guerra na Ucrânia despertou a necessidade dos marxista-leninista-trotskistas compreenderem o significado histórico mais profundo da liquidação da URSS e as tarefas de superar a crise de direção, no combate diário pelo restabelecimento do processo de transição do capitalismo ao socialismo, aberto na revolução de Outubro de 1917, e na edificação da URSS, em 1922.

Resposta às perguntas de um jornalista norte-americano

Lênin, 20 de julho de 1919

Respondo as cinco perguntas que me foram formuladas, na condição de que se cumpra a promessa que seja feito por escrito, que minhas respostas sejam publicadas integralmente em mais de cem jornais dos Estados Unidos.

1. O programa do governo, do governo soviético, não era reformista, mas revolucionário. As reformas são concessões arrancadas de uma classe dominante, que mantém sua dominação. A revolução é a derrubada da classe dominante. Daí que os programas reformistas constem, no geral, de muitos pontos parciais. Nosso programa revolucionário constava, com rigor, de um só ponto geral: acabar com o jugo dos latifundiários e capitalistas, derrubar o seu poder, e a emancipar os trabalhadores desses exploradores. Nunca modificamos esse programa. Algumas medidas parciais, destinadas à realização desse programa, foram, com frequência, objeto de modificações; sua enumeração requereria um volume inteiro. Somente assinalarei que há outro ponto geral de nosso programa de governo, que deu lugar, talvez, ao maior número de modifica-

ções em medidas parciais. Esse ponto é o que se refere ao esmagamento da resistência dos exploradores. Depois da revolução de 25 de outubro (7 de novembro) de 1917, não fechamos nem sequer os jornais burgueses, e não se falava nada de terror. Não somente colocamos em liberdade muitos ministros de Kerenski, como também o próprio Krasnov, que havia lutado contra nós, com armas nas mãos. Somente quando os exploradores, isto é, os capitalistas, começaram a armar sua resistência, começamos a esmagar sistematicamente essa resistência, empregando inclusive o terror. Foi a resposta do proletariado às ações da burguesia, tais como: a conspiração com os capitalistas da Alemanha, Inglaterra, Japão, Estados Unidos e França, para restaurar o poder dos exploradores na Rússia; a compra dos checoslovacos com dinheiro anglo-francês, a compra de Mannerheim, Denikin e outros, com dinheiro alemão e francês, etc. Uma das últimas conspirações que levaram a uma "modificação" – exatamente, levaram ao reforço do terror contra a burguesia em Petrogrado – foi a da burguesia, que atuou conjun-

tamente com os socialistas revolucionários e os mencheviques; sua conspiração tinha como objetivo a entrega de Petrogrado, a tomada de Krasnaia Gorka pelos oficiais conspiradores, a compra por capitalistas ingleses e franceses de alguns funcionários da embaixada suíça, e de muitos funcionários russos, etc.

2. As atividades de nossa República Soviética no Afeganistão, na Índia e em outros países muçulmanos fora da Rússia, são as mesmas que as nossas atividades entre os numerosos muçulmanos e outros povos não russos dentro da Rússia. Chegamos a oferecer, por exemplo, ao povo bashkir a possibilidade de fundar uma república autônoma dentro da Rússia, contribuimos com todos os meios para o desenvolvimento livre e independente de todas as nacionalidades, ao crescimento e divulgação da literatura no idioma nativo de cada uma delas, traduzimos e propagandamos nossa Constituição soviética, que traz aos exploradores desgraça, pelo fato de despertar atenção de milhões habitantes da terra, que compõem os povos coloniais, dependentes, oprimidos e que não gozam de plenos direitos, que as Constituições dos Estados “democrático” burgueses da “Europa ocidental” e da América do Norte, que eternizam a propriedade privada da terra e do capital, isto é, reforçam a opressão de um pequeno número de capitalistas “civilizados” sobre os trabalhadores de seus próprios países e sobre os milhões de seres que vivem nas colônias da Ásia, África, etc.

3. Em relação aos Estados Unidos e ao Japão, nosso principal objetivo político é rechaçar sua insolente, criminoso e voraz invasão da Rússia, que serve somente para o enriquecimento de seus capitalistas. Muitas vezes, temos feito solenes propostas de paz a esses dois países, mas nem sequer nos têm respondido, e continuam em guerra conosco, ajudando a Denikin e a Kolchak, saqueando Murmansk e Arjanguelsk, assolando e arruinado, principalmente, a Sibéria oriental, onde os camponeses se opõem, com uma heroica resistência aos bandidos capitalistas do Japão e dos Estados Unidos.

Temos outro objetivo político e econômico de respeito a todos os povos, incluindo os dos Estados Unidos e Japão: a aliança fraternal com os operários e trabalhadores de todos os países, sem exceção.

4. Em muitas oportunidades, expusemos por escrito, de forma clara e precisa, nossas condições para o acordo de paz com Kolchak, Denikin e Mannerheim, por exemplo, a Bullitt, que realizou negociações conosco (e comigo, pessoalmente, em Moscou) em nome do governo dos Estados Unidos, em uma carta a Nansen, etc. Não temos a culpa de que os governos dos Estados Unidos e de outros países tenham medo de publicar integralmente esses documentos, e de que ocultem a verdade do povo. Somente mencionarei nossa condição fundamental: estamos dispostos a pagar todas as dívidas contraídas com a França e com outros Estados, sempre quando se chegue a uma paz efetiva, e não só verbal; isto é, com a assinatura e a ratificação formal dos governos da Inglaterra, França, Estados Unidos, Japão e Itália, pois, Denikin, Kolchak, Mannerheim e os demais somente são títeres nas mãos dos referidos governos.

5. Gostaria, antes de tudo, de afirmar o seguinte, diante da opinião pública da América do Norte:

Comparado com o feudalismo, o capitalismo representou um avanço histórico, no caminho da “liberdade”, da “igualdade”, da “democracia” e da “civilização”. Sem dúvida, o capitalismo foi e continua sendo um sistema de *escravidão assalariada*, de subjugação de milhões de trabalhadores, operários e camponeses, por uma minoria insignificante de modernos proprietários de escravos, os latifundiários e capitalistas. A democracia burguesa, comparada com o feudalismo, modificou a forma dessa escravidão econômica, e criou uma brilhante roupagem para envolvê-la, mas

não mudou, nem poderia mudar sua essência. O capitalismo e a democracia burguesa são a escravidão assalariada.

O progresso gigantesco da tecnologia, em geral, e dos meios de transporte, em particular, e o impressionante desenvolvimento do capital e dos bancos, impulsionaram o capitalismo à sua maturidade, e até a sua putrefação. O capitalismo tem sobrevivido a si mesmo. Converteu-se no obstáculo mais reacionário para o progresso da humanidade. Ficou reduzido ao poder absoluto de um punhado de milionários e multimilionários, que enviam povos inteiros a uma matança, para decidir quem, se o grupo de saqueadores alemão ou anglo-francês, ficará com o botim imperialista, o poder sobre as colônias, as “esferas de influência” financeiras, os “mandatos” sobre determinados territórios, etc.

Por isso e somente por isso, morreram ou ficaram mutilados, durante a guerra de 1914-1918, milhões de homens. A compreensão dessa verdade vai estendendo-se entre os trabalhadores de todos os países, com uma força e uma rapidez imparável, tanto mais quanto a guerra causou, em todas as partes, uma ruína indescritível e, *em todas as partes*, inclusive nos países “vencedores”, há que pagar os juros das dívidas de guerra. E o que representam esses juros de guerra? Representam o tributo de bilhões, pagos aos senhores multimilionários, que tiveram a gentileza de permitir que milhões de operários e camponeses se matassem e mutilassem uns aos outros, para resolver o problema da partilha dos benefícios pelos capitalistas.

A derrocada do capitalismo é inevitável. Cresce em todas as partes a consciência revolucionária das massas. Milhares de sintomas a testemunham. Um pequeno, sem importância, mas que impressiona o homem comum, são as novelas de Henri Barbusse (*Le feu y Clarté*), que, quando foi à guerra, era um pequeno burguês pacífico, modesto, respeitoso da lei, um filisteu, um homem corrente.

Os capitalistas, a burguesia, poderão, quando “muito”, postergar a vitória do socialismo em um ou outro país, à custa da matança de novos milhares de operários e camponeses. Mas não poderão salvar o capitalismo. A República Soviética veio para substituir o capitalismo, é a única República que coloca o poder nas mãos dos trabalhadores e somente dos trabalhadores, que suprime a propriedade privada da terra, das fábricas e de outros meios de produção, porque a propriedade privada é a fonte da exploração de muitos por poucos, a fonte da miséria das massas, a fonte das guerras de rapina entre os povos, guerras que somente enriquecem os capitalistas. A vitória da República Soviética mundial é segura.

Para concluir, um pequeno exemplo: a burguesia da América do Norte engana o povo, fazendo alarde da liberdade; da igualdade e da democracia que existe em seu país. Mas nem esta, nem nenhuma outra burguesia, nem nenhum governo do mundo, poderá aceitar, atrever-se a aceitar, uma competição com o nosso governo em matéria de liberdade, igualdade e democracia reais e efetivas; suponhamos que um tratado assegurasse, a nosso governo e a qualquer outro governo, a liberdade para trocar folhetos editados pelo governo em todos os idiomas, e que contivessem o texto das leis do país respectivo, o texto de sua Constituição, e uma explicação de suas vantagens sobre as demais.

Nenhum um só governo burguês do mundo se atreveria a concorrer conosco um tratado assim, pacífico, civilizado, baseado na liberdade, na igualdade e na democracia.

Por quê? Porque todos os governos – à exceção dos governos soviéticos – se mantêm no poder mediante a opressão e o engano das massas. Mas a grande guerra de 1914-1918 pôs em evidência o grande engano.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXXI, Akal Editor)